

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**Gênero e sexualidade na imigração polonesa: pensando a construção de subjetividades
entre as décadas de 1930-1950**

Paloma Almada Czapla
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Regina Weber

Porto Alegre
2017

Paloma Almada Czapla

**Gênero e sexualidade na imigração polonesa: pensando a construção de subjetividades
entre as décadas de 1930-1950**

Monografia apresentada ao Departamento de História da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul como
requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em
História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Regina Weber

Porto Alegre

2017

Paloma Almada Czapla

**Gênero e sexualidade na imigração polonesa: pensando a construção de subjetividades
entre as décadas de 1930-1950**

Monografia apresentada ao Departamento de História da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul como
requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em
História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Regina Weber

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Regina Weber (Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Natália Pietra Méndez

Glen Goodman Ph.D.

Porto Alegre

2017

AGRADECIMENTOS

Acredito que a subjetividade, assim como Guattari, se dá nos encontros que temos com o outro. Com o outro, nos subjetivamos das mais diferentes formas, pelas mais diferentes experiências que o outro nos possibilita ter.

Nesses quatro anos de graduação, muitas pessoas passaram em minha vida, cada uma deixando um pouquinho de si. Seja pelas experiências boas que me permitiram vivenciar, seja até mesmo pelas experiências negativas, todas essas pessoas me ensinaram de alguma forma, todas me fizeram ser quem eu sou hoje. Tomo-as como grandes professores que fizeram parte da minha caminhada, da minha subjetividade. Primeiramente agradeço a todas, sem distinção.

Agora, gostaria de agradecer a algumas delas em especial, algumas que traçaram essa trajetória acadêmica comigo, me acompanhando nos meus momentos de alegria, mas também nos meus momentos de crise e nos meus conturbados finais de semestre... Tendo que muitas vezes suportar minhas ausências, minhas falhas, minhas angústias e tensões – questões que muitas vezes a vida acadêmica nos impõe, e que nós facilmente aceitamos como algo normal.

Quero agradecer ao meu pai, Armando, meu grande exemplo de determinação. Aquele que saiu do interior do estado para viver a vida na cidade grande. Mesmo com todos os seus percalços e seus anseios, provou para si mesmo que seus sonhos, que um dia lhe pareciam tão distantes na colônia, eram então possíveis. É também meu grande exemplo de tranquilidade, de estabilidade e calma.

Quero agradecer à minha mãe, Márcia, meu exemplo de mulher e de força. Alguém que me faz ver quão pequenos são meus problemas; uma mulher que já passou por muito na vida, mas que enfrenta tudo com uma coragem admirável, mostrando que há inúmeras formas de ser mulher e de se construir para além dos padrões. Ela é a primeira pessoa a me apoiar e a me fazer rir nas horas difíceis; alguém que torna a vida mais feliz.

Também quero agradecer ao Guilherme, que mesmo estando tão pouco tempo na minha vida, já acrescentou tanto. Agradeço por todas as vivências que partilhamos, por todo o apoio, os momentos fofinhos, as risadas e as tantas conversas intermináveis – sobre budismo, sobre relações e até mesmo sobre a minha pesquisa (!). Na minha trajetória, esse paulista significou um dos encontros mais construtivos e especiais. Obrigada por estar trilhando esse caminho tão intenso comigo, me fazendo experimentar outras possibilidades de viver uma relação.

Quero agradecer aos meus amigos da faculdade, pessoas maravilhosas que cruzaram a minha vida, das quais tenho muito orgulho de ser amiga. Agradeço por aguentarem os meus dilemas, por me passarem sempre tanta confiança, por compartilharem suas vivências e me

apoiarem em quaisquer circunstâncias. Obrigada por todas as conversas, todos os trabalhos, os momentos e o companheirismo. Anita, Felipe, Lóren e Marcele, mesmo que estivermos longe, vou levar vocês para a vida toda; vocês são incríveis.

Quero agradecer à minha orientadora, Regina Weber, sem a qual essa pesquisa não seria possível. Obrigada por ter confiado no meu trabalho, por ter me oportunizado a pesquisa, por ter aberto um novo caminho para mim nessa trajetória acadêmica.

Quero agradecer também a toda minha família – tios, tias, avó, primas e primos: muito obrigada por terem me acompanhado e me apoiado nas minhas pesquisas e conquistas.

Quero agradecer, por fim, ao meu avô, filho de imigrantes poloneses, que apesar de não estar mais aqui, tenho certeza que gostaria muito de acompanhar essa minha trajetória. Cresci ouvindo suas histórias da imigração e acompanhando sua forma alegre de viver a vida. Muito obrigada pelo grande exemplo de vida, vô, você faz parte desse trabalho.

RESUMO

A presente pesquisa busca analisar os modos de construção da subjetividade em uma comunidade de imigração polonesa entre as décadas de 1930-1950, período em que as fontes demonstram uma mudança entre os valores e modos de ser da primeira geração de imigrantes e as gerações posteriores. O objetivo é entender de que maneira a família era uma instituição produtora e legitimadora de padrões normativos que influenciavam na maneira como os indivíduos se relacionavam, na sua sexualidade e nos padrões de gênero. Além disso, também se pretende pensar sobre como os sujeitos vivenciavam esses padrões e se constituíam para além do controle familiar, do código moral e da dominação masculina. Com isso, a pesquisa procura focar as estratégias de subversão cotidianas, os pontos de atrito nas relações de poder, os enfrentamentos travados pelos indivíduos e as múltiplas subjetividades construídas mesmo em uma comunidade onde havia uma grande rigidez moral e onde o exercício de controle e vigilância era constante. A comunidade corresponde hoje ao município de Barão de Cotegipe, que se localiza no noroeste do Rio Grande do Sul e recebeu os nomes de Floresta enquanto povoado (1911-1939) e Cotegipe enquanto distrito (1939-1964). A fim de atingir os objetivos propostos, a pesquisa se baseou em processos-crime localizados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e em entrevistas realizadas com imigrantes e descendentes de poloneses das cidades de Barão de Cotegipe e Erechim.

Palavras-chave: Imigração polonesa; Subjetividade; Sexualidade; Gênero; Família.

ABSTRACT

The present research aims to analyze the ways of constructing subjectivity in a Polish immigration community between the 1930s and 1950s, a period when the sources show a change between the values and ways of being of the first generation of immigrants and later generations. The purpose is to understand how the family was an institution that produced and legitimized normative standards that influenced the way individuals established relationships with each other, their sexuality and gender patterns. In addition, the research intends to explore how the subjects experienced these standards and were constituted beyond the familiar control, the moral code and the masculine domination. Thus, the research tries to focus on daily subversion strategies, the points of friction in power relations, the confrontations between individuals and the multiple subjectivities built even in a community where there was great moral rigidity and where the exercise of control and vigilance was continuous. The community today corresponds to the city of Barão de Cotegipe, which is located in the northwest of Rio Grande do Sul and received the names of Floresta as village (1911-1939) and Cotegipe as district (1939-1964). In order to reach the proposed objectives, the research was based on criminal cases located in the Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul and interviews with immigrants and descendants of Poles from the cities of Barão de Cotegipe and Erechim.

Keywords: Polish immigration; Subjectivity; Sexuality; Gender; Family.

SUMÁRIO

Introdução.....	1
CAPÍTULO 1 – A imigração polonesa para o Brasil.....	6
1.1. Breve panorama do território polonês no século XIX.....	6
1.2. A vinda dos imigrantes poloneses para o Brasil.....	8
1.3. O papel do Rio Grande do Sul na imigração polonesa.....	10
1.4. A colônia Floresta, mais tarde Cotegipe.....	11
1.4.1. Os imigrantes chegam à localidade.....	11
1.4.2. Vida cotidiana e primeiras décadas de colonização.....	12
1.4.3. Interagindo com outros grupos, (re)significando a identidade.....	14
CAPÍTULO 2 – A subjetividade entre o controle e os padrões normativos.....	20
2.1. Normatividade e repressão: uma questão social.....	20
2.2. Segredos do corpo: silêncios e pudores.....	24
2.3. Controlando a sexualidade, protegendo a honra familiar.....	26
2.4. A escolha dos pretendentes e o que esperar dos homens e mulheres.....	31
2.5. A mulher nas relações conjugais: contradições e papéis de gênero.....	34
CAPÍTULO 3 – Devir-mulher, linhas de fuga e as outras subjetividades.....	37
3.1. Estratificações dominantes x processos de singularização.....	37
3.2. “Casamento arranjado? Comigo não”.....	40
3.3. Fissuras de uma verdade inevitável: o divórcio e as revoluções sutis.....	42
3.4. Onde a desonra não tem vez: práticas abortivas e infanticídio.....	44
3.5. No limiar da infâmia: a <i>kurwa</i> e a prostituição polaca.....	46
Considerações finais.....	50
Entrevistas.....	54
Fontes judiciais.....	56
Bibliografia.....	58

INTRODUÇÃO

Os poloneses que imigraram para o Rio Grande do Sul no fim do século XIX e início do século XX formaram colônias nas quais a religiosidade católica e a autoridade familiar eram essenciais. Com isso, uma rígida moralidade foi se constituindo e sendo perpetuada tanto pela instituição religiosa quanto pela instituição familiar, que produziam e legitimavam padrões normativos capazes de moldar os modos de ser, de se ver, de ver o outro, de se relacionar, de exercer a sexualidade e de entender o gênero. Para que esses padrões fossem incorporados e os indivíduos fossem enquadrados no código moral vigente, a família muitas vezes utilizava de técnicas de controle e vigilância.

Os padrões normativos eram evidentes nos tipos de relação afetiva que os indivíduos estabeleciam com o outro, que pressupunha a monogamia, a heterossexualidade e a formação da instituição família como verdades incontestes e inevitáveis. Dessa forma, se um indivíduo mantinha uma relação afetiva com outro, a relação deveria necessariamente ser formada por duas pessoas de sexos normativos opostos e visar à futura união matrimonial. Depois do casamento, os dois deveriam constituir uma instituição designada família, que incluiria a futura existência de filhos e que normatizava até mesmo o modo como estes filhos seriam gerados: a partir de relações sexuais voltadas exclusivamente para a reprodução, nas quais os órgãos genitais eram os únicos centros do sexo e, talvez, do prazer.

O papel repressivo da família era essencial, e eram os pais que decidiam os pretendentes dos filhos. Essa escolha estava baseada nos critérios de posses, origem e religião. As famílias deveriam se assemelhar em suas posses, sobretudo em função do dote. Também era imprescindível que ambas as famílias fossem polonesas, tanto pela manutenção da origem étnica quanto pelo fato de os poloneses serem um grupo estigmatizado pelos demais grupos de imigrantes. Por último, era tão necessário quanto natural que o casamento fosse realizado de acordo com os preceitos do catolicismo, que era a religião majoritária entre os poloneses, e que exerceu um papel fundamental desde a Polônia – lá pela dominação do território; aqui, pelo respaldo à imigração.

Os padrões de gênero também eram determinantes na decisão dos pais e na construção da subjetividade dos indivíduos. Para ser uma possível pretendente, a mulher deveria saber fazer as habilidades domésticas essenciais, como cozinhar, costurar e fazer pão. Ainda incidia sobre a mulher uma série de exigências morais, já que deveria ter conservado sua virgindade e ter preservado uma determinada reputação moral. Tais exigências definiam sua capacidade de serem boas mães, esposas e donas de casa – sentidos que toda a mulher deveria corresponder

na medida em que só existiam para estes papéis. Enquanto isso, a trajetória do homem era bem menos marcada pelo julgamento moral e pelo controle familiar, já que as exigências morais que incidiam sobre ele eram praticamente nulas.

Os modelos de constituir as relações e a si mesmo enquanto sujeito moral enquadrado na normatividade não são naturais, mas, sim, construções incorporadas pelos exemplos dominantes e pelas atitudes repressivas impostas pelos pais. Uma relação ou modo de ser que se diferenciava dos padrões estava fora da inteligibilidade dos indivíduos. Assim, os sujeitos tomavam os modelos normativos com uma naturalidade quase incontestada, que era estruturada a partir das identidades e expectativas sociais que lhes foram atribuídas. Portanto, era muito difícil que os indivíduos conseguissem se desconectar das direções impostas pela sociedade, não só porque esses modos são incorporados numa dimensão psíquica, mas também porque havia uma série de mecanismos coercitivos de vigilância e punição.

Mesmo assim, os padrões normativos não eram incorporados de forma homogênea ou absoluta. Os sujeitos exerciam diferentes formas de resistência que desestabilizavam a ordem hegemônica, criavam pontos de fricção e alteravam as configurações de poder. As resistências enfocadas neste trabalho envolvem aquelas exercidas contra o controle familiar e os padrões normativos – relacionados à sexualidade, gênero e formas de se relacionar. Essas resistências vão desde estratégias de subversão cotidianas até a construção de novos modelos de vida que contrariavam a ordem normativa. Dentre os exemplos têm-se as mulheres que engravidavam fora das relações matrimoniais, que resolviam se divorciar de seus maridos agressores ou que praticavam a prostituição.

Como mostra Deleuze & Guattari¹, os poderes instituídos, dentre os quais está a família, tendem a fixar uma subjetividade e dar-lhe uma determinada direção. Entretanto, na medida em que enveredam por linhas de fuga, os indivíduos podem sempre criar formas de ruptura. Da mesma forma discorre Foucault², que apesar de mostrar como a subjetividade é regida por mecanismos de poder e dominação, propõe que nas relações de poder sempre há possibilidade de resistência. As relações de poder são relações exercidas na vida cotidiana, no âmbito da micropolítica, tais como as relações entre um homem e uma mulher ou entre pais e filhos. Diante do aparato uniformizante ou da ordem hegemônica instituída pela família, sempre há possibilidade de transformar a situação, pois senão tudo seria uma questão de obediência.

¹ DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2012.

² FOUCAULT, M. **Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014 (a).

As diferentes trajetórias mostram que havia múltiplas formas pelas quais os indivíduos ressignificavam sua experiência e se constituíam, já que, por mais sutil ou imperceptível que pareça ser, a subjetividade escapa ao controle. Este trabalho procura focar justamente essas trajetórias, buscando resgatar as estratégias de subversão, as linhas de fuga e os modelos de ser não normativos. Ao focar as resistências, se toma como possível modos de ser que historicamente foram negados; se retoma o papel do sujeito enquanto ativo no seu processo de constituição; se demonstram as possibilidades que os indivíduos têm para além dos padrões normativos que aprisionam; e, assim, se expande os limites da nossa própria inteligibilidade, a fim de que as diferentes subjetividades e sexualidades tenham um lugar de existência.

Esse é um compromisso importante na história, que, segundo Scott³, foi responsável por inúmeros essencialismos e naturalizações ao entender certas categorias como entidades fixas, inevitáveis e a-históricas – como as categorias de homem, mulher, sexo, gênero e sexualidade. Para tanto, foi essencial a emergência da perspectiva feminista, que desnaturalizou o sujeito universal e a identidade da mulher – uma categoria construída a partir de complexas relações sociais, sexuais e étnicas. Rago⁴, ao pensar sobre as ressonâncias da epistemologia feminista na historiografia, diz que os estudos feministas transformaram o quadro conceitual normativo na medida em que incluíram novos olhares e temas que antes permaneciam em silêncio – tais como a bruxaria, loucura, sexualidade, prostituição e a maternidade. Assim, a teoria feminista constrói novas maneiras de interpretar o mundo, negando o determinismo natural e biológico que tantas vezes vigorou na história.

Tudo isso pretende elucidar três questões que constituem o problema de pesquisa deste trabalho. Em primeiro lugar, se objetivou identificar os padrões normativos das comunidades de imigração polonesa do Alto Uruguai, tendo como ponto de partida o núcleo de Cotegipe. Tais padrões se referem principalmente aos modos de se relacionar, de exercer a sexualidade e de entender os papéis de gênero. Em segundo lugar, se buscou compreender de que forma esses padrões eram perpetuados pela família. E, em terceiro lugar, se procurou resgatar as maneiras que os indivíduos, e, sobretudo, as mulheres, lidavam com o controle familiar e com os padrões de moralidade e gênero, o que, em muitos casos, resultava na transgressão desse sistema e na criação de novas subjetividades. O recorte cronológico abrange as décadas de 1930 a 1950, quando há um aumento considerável do número de processos-crime e quando as fontes judiciais e os relatos obtidos através da história oral demonstram que havia um padrão

³ SCOTT, J. Invisibilidade da experiência. **Projeto História**, São Paulo (16), fev. 1998.

⁴ RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, J.; GROSSI, M. **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

de moralidade perpetuado pelas famílias de primeiros imigrantes que começava a entrar em conflito com outros modelos de viver a vida, a sexualidade e as relações que eram construídos pelas gerações mais novas após um primeiro momento de instalação e colonização das terras.

Ainda há poucas pesquisas sobre as áreas de colonização polonesa, sobretudo com este mesmo enfoque, o que está relacionado à pouca atenção concedida pela historiografia às pequenas comunidades rurais polonesas, que foram marcadas por inúmeras estigmatizações e ocuparam um lugar à margem em relação aos temas e lócus centrais dos estudos imigratórios. Buscando alterar esse quadro, muitos pesquisadores se debruçaram sobre o grupo nos últimos anos, fazendo com que esse campo de estudos se diversificasse e ganhasse novas perspectivas. Porém, cabe ressaltar a atualidade desse processo e o fato da imigração polonesa ainda ser uma temática em aberto, com amplas possibilidades de pesquisa e uma imensa quantidade de fontes que, aliás, permanecem intactas.

Dentre esses estudos recentes, alguns foram essenciais para a construção deste trabalho, como a tese de Thaís Wenczenovicz⁵, a respeito do processo de luto e morte na localidade de Áurea; a dissertação de Mauro Tomacheski⁶, que tem um capítulo destinado a pensar sobre os casos de transgressão à moral na colônia Baixa Grande; e a tese de Isabel Gritti⁷, que estudou o preconceito étnico a partir dos processos-crime ocorridos em Erechim. Demais influências vieram do livro “Máscaras do corpo: do costume a moral”⁸, de Thaís Wenczenovicz e Sandra da Canal, sobre crimes de defloração e rapto que conflitavam com a ordem social e familiar em José Bonifácio (Erechim). Ainda se pode citar a tese de Ismael Vannini⁹, sobre os crimes sexuais entre imigrantes italianos. Por fim, também contribuíram as obras de Gardolinski¹⁰, Gluchowski¹¹ e Stawinski¹², sobre imigração polonesa no Rio Grande do Sul.

Para atingir os objetivos propostos, a pesquisa foi construída a partir de processos-crime e entrevistas com imigrantes e descendentes, que demonstram as diferentes subjetividades e trajetórias da comunidade. Os processos abrangem crimes de defloração, conjunção carnal,

⁵ WENCZENOVICZ, T. **Luto e silêncio**: doença e morte nas áreas de colonização polonesa no Rio Grande do Sul (1910-1945). Tese (Doutorado em História). Porto Alegre, PUCRS, 2007.

⁶ TOMACHESKI, M. **A terra prometida da Virgem Maria**: imigrantes, viajantes, intelectuais e colonos na imigração polaca. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo, UNISINOS, 2014.

⁷ GRITTI, I. **Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul**: a emergência do preconceito. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2004.

⁸ CANAL, S; WENCZENOVICZ, T. **Máscaras do corpo**: do costume à moral. Passo Fundo: Méritos, 2012.

⁹ VANNINI, I. **História, sexualidade e crime**: imigrantes e descendentes na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul (1938/1958). Tese (Doutorado em História). Porto Alegre, PUCRS, 2008.

¹⁰ GARDOLINSKI, E. Imigração e colonização polonesa. In: BECKER, K. **Enciclopédia Rio-Grandense**. Vol. 5: Imigração. Canoas: Editora Regional, 1958.

¹¹ GLUCHOWSKI, K. **Os poloneses no Brasil**: subsídios para o problema da colonização polonesa no Brasil. Porto Alegre: Rodycz & Ordakowski Editores, 2005.

¹² STAWINSKI, A. **Primórdios da imigração polonesa no Rio Grande do Sul (1875- 1975)**. Porto Alegre: EST/UCS, 1976.

aborto e lesões corporais que ocorreram entre imigrantes poloneses e seus descendentes. No que tange às entrevistas, o roteiro enfocou, em um primeiro momento, os aspectos relativos à imigração, à colonização e à identidade étnica; e, em um segundo momento, os modos com que os sujeitos construía sua subjetividade, as práticas de controle familiar, os discursos moralizantes, os papéis de gênero, as diferentes maneiras de se relacionar, as condutas que se desviavam dos padrões normativos, os casos de transgressão sexual, dentre outras questões. No total, foram realizadas quinze entrevistas, sendo onze mulheres e quatro homens – todos pertencentes à primeira, segunda ou terceira geração depois daqueles que imigraram.

Quanto à estrutura, o trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro busca analisar o contexto da imigração polonesa no final do século XIX e início do século XX, atentando para a situação que se encontrava a Polônia e o processo de colonização desses imigrantes no Rio Grande do Sul. O segundo tem enfoque nos processos de subjetivação normativos que eram perpetuados pelo controle familiar e pela dominação masculina, ou seja, nos modos de ser sujeito que eram socialmente impostos de acordo com a moral, a religião, os padrões de gênero e a etnicidade. O terceiro procura pensar nas estratégias de subversão a esse sistema e resgatar subjetividades e sexualidades tidas como desviantes, que possibilitaram a construção de diferentes modos de ser, de se ver e de se relacionar.

CAPÍTULO 1: A IMIGRAÇÃO POLONESA PARA O BRASIL

1.1. Breve panorama do território polonês no século XIX

Durante o século XVIII, o território polonês sofreu três partilhas e foi dividido pelas três potências vizinhas: Império Russo, Reino da Prússia e Áustria. O Congresso de Viena (1815) fixou as fronteiras definitivas das zonas de ocupação, que perduraram até a Independência da Polônia (1918). A Rússia ocupou cerca de 82% do território, enquanto a Prússia ocupou 7% e a Áustria, 11%. Não há um consenso sobre o que levou à perda da Independência no século XVIII, mas as teorias apontam para a fraqueza das instituições estatais, para as formas como se escolhia o rei que levavam à intromissão dos outros Estados na política interna, e para o peso dos camponeses em estado de servidão que representavam dois terços da população¹³.

A Polônia se constituiu como base de matéria-primeira do mundo ocidental, tal como os demais países do leste europeu. O país tornou-se o modelo de um capitalismo periférico cujo sistema agrícola baseava-se na herdade e na servidão. Assim, não conseguiu desenvolver um mercado interno, uma burguesia nacional ou cidades economicamente fortes¹⁴. A maior parte da população estava organizada em uma estrutura aldeã fortemente hierarquizada na qual as possibilidades de mobilidade social ou de tornar-se proprietário de terras eram quase nulas¹⁵. Os entrevistados, ao se lembrarem do que seus pais ou avós contavam, relatam que a vida na aldeia girava em torno do trabalho agrícola e da paróquia.

Quando houve a abolição da servidão na zona de ocupação russa (1864), os camponeses dividiram as terras recebidas entre seus numerosos filhos. Assim, o número de camponeses sem terra foi aumentando enquanto as propriedades agrícolas iam diminuindo continuamente. Para agravar a situação, a incipiente indústria não conseguia absorver os grandes números de camponeses sem terra, que representavam dois terços da população rural da parte austríaca e prussiana e um terço da população rural da parte russa. A falta de terras foi um fator essencial para que milhares de camponeses resolvessem emigrar, sendo que também pesaram questões como o excedente populacional, as contínuas crises agrícolas, a modernização do campo, a falta de legislação agrária e a repressão política e religiosa que sofriam alguns setores¹⁶.

¹³ MAZUREK, J. *A Polônia e seus emigrados na América Latina*. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2016, p. 36.

¹⁴ *Ibid.*, p. 32-33.

¹⁵ WACHOWICZ apud WENCZENOVICZ, 2007, p. 78-79.

¹⁶ WENCZENOVICZ, 2007, p. 78.

Entre os anos de 1870 e 1914, mais de dois milhões de poloneses emigraram da Polônia. O maior contingente foi de camponeses aldeãos, que representavam aproximadamente 90% dos emigrantes¹⁷. Esses agricultores buscavam melhores condições de vida e, principalmente, a possibilidade de se tornarem proprietários de terras. Dentre os emigrados também estavam pessoas advindas da nobreza rural e dos setores médios, que procuravam fazer suas carreiras no exterior¹⁸. Após os Estados Unidos, o país que mais recebeu esses imigrantes foi o Brasil. Nos períodos de maior imigração, de 1881 a 1914, mais de 100 mil poloneses migraram para o Brasil¹⁹, encarando uma jornada de navio extremamente extenuante que durava quase um mês, sujeita a superlotações e epidemias que deixavam inúmeros mortos pelo caminho.

Nem sempre o emigrante polonês encontrava uma situação favorável para emigrar, pois em cada zona de ocupação havia uma regulamentação específica²⁰. A área prussiana era a que mais facilitava a emigração, que era vista como uma possibilidade de enfraquecer o elemento polonês e ampliar as posses prussianas. Tanto na área prussiana quanto na austríaca não havia uma legislação específica para a emigração; era necessário apenas o cumprimento do serviço militar obrigatório. Na zona de ocupação russa a situação era diferente, e havia uma política de emigração bastante rígida. Uma série de exigências burocráticas dificultava o processo de emigração, assim como o custo dos procedimentos e o confisco do patrimônio familiar caso o indivíduo optasse por emigrar. Diante de tal política, muitos poloneses optaram por emigrar ilegalmente, mesmo que isso acarretasse duras penas.

Cabe ressaltar que a maior parte dos emigrados sabia muito pouco sobre a realidade brasileira. Na sociedade polonesa desse período, a população era majoritariamente analfabeta e, exceto na zona de ocupação prussiana, onde as crianças deveriam estudar o ensino básico como uma política de germanização, o resto da população quase não tinha acesso à educação. Na área de ocupação russa, cerca de 90% da população era analfabeta, e, segundo os relatos, se houvesse algum professor na aldeia, este professor era deslocado para instruir as crianças russas, ficando proibido de instruir as crianças polonesas. Como a população não tinha acesso a periódicos e relatórios, as informações sobre a imigração vinham dos agentes recrutadores, que, ao circularem nas aldeias, liam cartas de imigrantes supostamente satisfeitos e buscavam convencer as pessoas pela disponibilidade de terras e à gratuidade da viagem até o Brasil²¹.

¹⁷ WACHOWICZ, 1974 apud WENCZENOVICZ, 2007, p. 80.

¹⁸ LUKOWSKI, J.; ZARADZKI, H. **A Concise History of Poland**. United Kingdom: Cambridge, 2002, p. 162.

¹⁹ GLUCHOWSKI, 2005, p. 45.

²⁰ MAZUREK, 2016, p. 47-49.

²¹ *Ibid.*, p. 55.

1.2. A vinda dos imigrantes poloneses para o Brasil

Os anos de 1880 a 1915 representaram o período das grandes imigrações internacionais, que foram suscitadas pelas condições políticas e econômicas instáveis dos países europeus e pelos avanços em matéria de transporte e comunicação. Os Estados Unidos foram o principal país receptor dos imigrantes europeus, que, em segundo lugar, se dirigiram para a Argentina e em, terceiro, para o Brasil²². O Brasil estimulou e financiou a vinda de milhares de europeus, principalmente para suprir as demandas dos fazendeiros por mão-de-obra depois do processo de abolição da escravidão e também para contribuir para a política de branqueamento. Exceto algumas interrupções, o governo brasileiro foi responsável por custear as despesas relativas ao transporte dos imigrantes desde o ano de 1884 até 1914²³.

Os grandes movimentos migratórios de poloneses para o Brasil ocorrem nesse contexto, e geralmente são divididos em quatro períodos²⁴. O primeiro (1871-1889) foi responsável pela formação das primeiras colônias; nesse período, chegaram cerca de oito mil poloneses. O segundo (1890-1894) ficou conhecido como a “febre brasileira”, quando imigram perto de 64 mil poloneses. Esse número cai para seis mil no terceiro período migratório (1895-1900) e chega a 24 mil durante o quarto (1900-1914), quando ocorre uma segunda “febre brasileira” pela construção da estrada de ferro entre o Rio Grande do Sul e São Paulo. Cabe lembrar que as dificuldades enfrentadas na Polônia e os incentivos oferecidos pelo Brasil suscitaram uma imigração muito maior do que o governo realmente poderia sustentar, o que acabou deixando muitos imigrantes em más condições de terra, trabalho e moradia, sobretudo nos períodos das “febres brasileiras”.

As estatísticas em relação aos poloneses são difíceis de serem estabelecidas, pois muitas vezes se identificaram os poloneses com grupos de outras nacionalidades devido às ocupações pelas quais o território sofreu e às comparações identitárias com outras etnias culturalmente semelhantes. Dessa forma, muitos poloneses foram confundidos com os lituanos, pomeranos, ucranianos, rutenos e eslavos²⁵. De qualquer forma, segundo as estatísticas mais utilizadas, um número muito significativo de poloneses imigrou ao Brasil. Nos períodos migratórios de maior importância, foram mais de 100 mil poloneses que chegaram ao território brasileiro. A

²² KLEIN, H. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, B. (Org.). **Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina**. São Paulo: EDUSP, 2000, 23-25.

²³ MAZUREK, 2016, p. 44-45.

²⁴ GLUCHOWSKI, 2005, p. 45.

²⁵ WEBER, R. Historiografia da imigração polonesa: entre números e identidades. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011, p. 1-2.

maioria deles foi direcionada para os estados do Rio Grande do Sul (45%) e Paraná (40%). O restante (15%) foi para os estados de Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais²⁶.

Os propósitos brasileiros para com esses imigrantes era a utilização de sua mão-de-obra e também a colonização de terras ainda inóspitas e longínquas do país. Portanto, a imigração pressupunha a instalação definitiva desses indivíduos, que, por serem muito pobres e estarem fugindo de uma situação difícil, deixavam sua vida para trás e imigravam com toda a família. Quando chegaram às terras que lhes foram destinadas, esses imigrantes encontraram inúmeras dificuldades, tendo em vista que, sobretudo no sul, as terras que receberam ainda não haviam sido colonizadas, estavam cobertas pela mata, tinham um péssimo relevo para a agricultura e ainda eram ocupadas por grupos indígenas – o que muitas vezes gerou uma série de conflitos e até mesmo o extermínio dos nativos. Nesse sentido, os primeiros anos de colonização eram um período de grandes dificuldades para os imigrantes poloneses, que precisavam derrubar a mata, reconstruir suas vidas e se adaptar a uma realidade geográfica, climática, interétnica e cultural muito diferente da que estavam acostumados no continente europeu²⁷. Essa situação foi encontrada pela maioria dos poloneses que vieram durante as “febres brasileiras”.

O perfil dos imigrantes poloneses também contribuiu para as dificuldades enfrentadas em território brasileiro. Uma parcela muito pequena dos poloneses que imigraram vinha dos setores médios. Esses poucos indivíduos foram direcionados, principalmente, ao Paraná, onde se dedicaram às atividades políticas e intelectuais. Excetuando-se essa parcela, a maioria dos imigrantes poloneses eram camponeses com um nível de instrução extremamente baixo e com uma condição financeira muito precária²⁸. Esses fatores criaram uma diferenciação prévia entre os poloneses e outros grupos de imigrantes que a colonização não conseguiu anular, pois nas colônias, onde havia a interação de vários grupos, os poloneses acabaram ficando restritos à agricultura e às regiões periféricas. Enquanto isso, os indivíduos de outras nacionalidades, como os alemães e italianos, seja por seu maior grau de instrução, pela sua melhor condição econômica ou por terem chegado ao território anteriormente, já haviam ocupado as melhores terras e os postos chave da economia local – postos que geralmente estavam ligados ao centro comercial e urbano da comunidade²⁹. Além disso, os poloneses vinham de um território que estava fragmentado por três grandes potências e ainda lutava por sua independência. Por isso, não podiam contar com o auxílio do governo polonês.

²⁶ GARDOLINSKI, 1958, p. 12.

²⁷ MAZUREK, 2016, p. 76.

²⁸ GARDOLINSKI, op. cit., p. 10-12.

²⁹ WEBER, 2011, p. 7.

1.3. O papel do Rio Grande do Sul na imigração polonesa

Os primeiros imigrantes poloneses que chegaram ao Rio Grande do Sul vieram da área de ocupação prussiana, por volta de 1875. Esses imigrantes foram responsáveis por formar as primeiras colônias polonesas do estado, em Santa Tereza e Santa Bárbara³⁰. Nesse período, chegou um total de 300 poloneses, conforme as estatísticas apontadas anteriormente.

Mais tarde, durante a primeira “febre brasileira”, chegaram 27 mil poloneses no estado. Esses imigrantes advinham da área de ocupação russa, e embarcavam numa longa travessia de navio que ia de Bremen ou Hamburgo até o Rio de Janeiro, e da Ilha das Flores até Porto Alegre. Na capital rio-grandense, as famílias eram distribuídas para diferentes localidades do Rio Grande do Sul, para onde seguiam com bagagens e crianças a pé, de cavalo ou carreta³¹. Em fins do século XIX, essas famílias formaram uma série de núcleos rurais: São Marcos, São Feliciano, Jaguari, Ijuí, Guarani, Mariana Pimentel, Antônio Prado e São Luís da Casca.

A colonização desses núcleos apresentou uma série de dificuldades ligadas ao clima, à má qualidade das terras e às péssimas vias de comunicação vicinais³². Com o passar dos anos, os poloneses ainda tiveram que enfrentar novamente a falta de terras, visto que a extensão das colônias (12,5 hectares) não era o suficiente para abranger seus numerosos filhos, que, com o passar dos anos, foram constituindo suas famílias e precisando de novos lotes de terra. Assim, muitas famílias decidiram migrar para o interior do estado, em busca de novas terras.

Nesse período, uma nova leva de imigração polonesa chega ao estado por causa da construção da estrada de ferro que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul. Essas duas frentes, tanto a de novos imigrantes, como a dos colonos poloneses já instalados nas antigas colônias, deram início à colonização do Alto Uruguai, o que ocorreu na primeira década do século XX. Os lotes de terra dessa região tinham uma dimensão maior (25 hectares) e eram pagos pelos imigrantes com um empréstimo de 500 mil réis que era facilitado pelo governo brasileiro³³. Esse empréstimo era quitado pelo trabalho nas estradas de ferro ou pelo produto do cultivo agrícola. As novas comunidades tinham, em geral, por volta de trinta a quarenta famílias no início de sua colonização. Dentre as novas colônias, se pode citar Áurea, Cotegipe, Capoerê, Carlos Gomes, Erechim, Gaurama, Getúlio Vargas, Três de Maio e Viadutos³⁴.

³⁰ STAWINSKI, 1976, p. 79.

³¹ WENCZENOVICZ, 2007, p. 83-84.

³² GARDOLINSKI, 1958, p. 12.

³³ *Ibid.*, p.12.

³⁴ STAWINSKI, *op. cit.*, 79.

1.4. A colônia Floresta, mais tarde Cotegipe³⁵

1.4.1. Os imigrantes chegam à localidade

Floresta foi uma colônia de imigração polonesa fundada entre os anos de 1911 e 1912 por famílias advindas do leste polonês, sobretudo das regiões de Lublin, Zamość e Kraśnik. Os imigrantes empreenderam uma extensa jornada de navio que durava de 20 a 30 dias, navios estes que carregavam cerca de 700 a 800 pessoas. Os relatos apontam que muitas vezes ocorriam complicações na trajetória, como doenças e epidemias. Quando morria alguém, essa pessoa era jogada no oceano e a tripulação realizava um pequeno velório. Essa experiência ficou marcada na maior parte das narrativas familiares, que a rememoram frequentemente.

Depois da travessia, as famílias desembarcavam no Rio de Janeiro, e de lá seguiam para Porto Alegre e Erechim, onde ficavam alguns dias em um barracão, com pessoas de diferentes procedências que também esperavam pela designação dos lotes. Quando chegaram à região demarcada, cuja paisagem que viam era apenas mato, os imigrantes a chamaram de Floresta. As narrativas familiares apontam para uma trajetória inicial muito árdua, pois o terreno era acidentado e possuía grandes escarpas que dificultavam a plantação agrícola e a instalação das casas. Os imigrantes tiveram que derrubar a mata e construir suas residências, que eram feitas com os materiais encontrados no próprio terreno – madeira, barro, palha e pedra. O piso era de terra batida, as paredes eram tábuas de madeira e os únicos cômodos eram o quarto e a cozinha. As casas eram construídas pelo encaixe das madeiras e dispensavam o uso de pregos.

Os relatos divergem quanto à forma de obtenção dos lotes, pois a narrativa familiar mais recorrente é de que os primeiros imigrantes teriam chegado àquela localidade e se apropriado das terras. No entanto, os relatos de outras famílias e as pesquisas historiográficas afirmam que o governo teria concedido os lotes de terra, que eram demarcados por um agrimensor e pagos por um empréstimo cujo valor era quitado depois de os imigrantes receberem os ganhos com o cultivo agrícola ou com o trabalho nas estradas de ferro. Além disso, o governo teria concedido algumas sementes e ferramentas básicas, que possibilitavam o cultivo das terras e a construção das propriedades.

³⁵ Os diferentes nomes que a localidade recebeu acompanharam suas divisões administrativas. Primeiramente, a comunidade era um povoado de Erechim e chamava-se Floresta (1911-1939). Posteriormente, o povoado foi elevado à condição de distrito e passou a se chamar Cotegipe (1939-1964). Por último, esse distrito conseguiu a emancipação de Erechim e, ao se tornar um município (1964), passou a se chamar Barão de Cotegipe, nome que leva até hoje.

1.4.2. Vida cotidiana e primeiras décadas de colonização

Em geral, a vida dos imigrantes poloneses girava em torno da propriedade agrícola, que constituía sua identidade de colono – construída na colonização a partir da sua organização econômica³⁶. A propriedade era formada pela casa, pelo espaço próprio para a criação dos animais, pelo pomar, a horta, as plantações e uma área para estocar a produção. A propriedade deveria servir para a autossuficiência da família, que tiraria dela as matérias-primas para a produção dos alimentos, da mobília da casa, dos utensílios domésticos, das vestimentas e do que mais fosse necessário. Todos eram responsáveis pela produção econômica do lote e pela subsistência da família, até as crianças, que, desde cedo, ajudavam com as tarefas domésticas, com os animais e a horta³⁷. Como mostram os relatos, as mulheres não ficavam restritas ao lar e trabalhavam da mesma forma que os homens, cumprindo até as tarefas mais pesadas, como carregar cestos cheios de milho, lascar a lenha e arar a terra³⁸. O trabalho então se constituiu enquanto um valor e uma exigência que incidia sobre ambos os sexos.

Dessa forma, a organização econômica desses imigrantes compõe o que Chayanov³⁹ definiu como a economia camponesa – unidade de produção doméstica, em que o camponês e toda sua família trabalham em regime de auto-exploração para satisfazerem suas necessidades e não para a acumulação de capital. Além disso, é um sistema no qual os recursos necessários advêm da terra, que é o objeto de trabalho do camponês. Entretanto, há que se considerar as críticas a esse modelo, que parte de uma ótica essencialmente econômica e não contempla a dimensão moral que está por trás das atividades econômicas do campesinato. Woortmann⁴⁰, nessa perspectiva, entende que havia uma ordem moral compondo a economia camponesa, que se estruturaria a partir de uma série de normas e obrigações morais. A expressão dessa moralidade é a própria terra, que mais do que uma mera mercadoria ou fator de produção, é o patrimônio da família, é o meio que ela garante sua reprodução e perpetuação.

³⁶ Seyferth mostra que a identidade de colono foi uma identidade social camponesa, construída a partir de uma história em comum de imigração e colonização. Colono, na acepção usual, é aquele que tem posse sobre uma colônia, ou seja, é um proprietário de terras. Porém, outros valores foram somados a identidade de colono: seu passado em comum como colonizadores e sua forma de produção baseada na autossuficiência, na policultura e no trabalho da família. No entanto, este era um modelo ideal de vida camponesa, que esconde as diferentes realidades e diferenciações econômicas que compunham o ambiente rural. Ver: SEYFERTH, G. As contradições da liberdade: análise das representações sobre a identidade camponesa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 18, p. 78-95, 1992.

³⁷ WENCZENOVICZ, T. **Pequeninos poloneses**: crianças e suas famílias durante a imigração Polônia/Brasil de 1920 a 1960. Passo Fundo: Méritos, 2014, p. 36.

³⁸ MACIAK, Sabina. Entrevista oral realizada em 17 mar. 2017.

³⁹ CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

⁴⁰ WOORTMANN, K. “Com parentes não se negocia”: o campesinato como ordem moral. *Anuário antropológico*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1900.

Além da propriedade agrícola, a vida cotidiana do imigrante polonês em Floresta estava baseada em outros espaços que foram compondo a paisagem do povoado, como a capela, que deveria servir para toda a comunidade católica. O local foi construído com a iniciativa dos poloneses, mas teve a contribuição dos imigrantes italianos também⁴¹. Quando foi concluída, no ano de 1914, a capela acabou ficando restrita aos fiéis poloneses, para quem a igreja se constituiu como um espaço fundamental. Os preceitos católicos influenciavam diferentes âmbitos da vida privada: relações afetivas, matrimônio, reprodução, criação dos filhos, dentre outros. As diversas fases da vida eram marcadas pelos ritos do catolicismo, que eram vivenciados enquanto verdades incontestes – batizado, catequese, crisma, casamento, velório.

Os poloneses também foram responsáveis pela construção de um segundo local de suma importância para o grupo: foi a Sociedade Agrícola Tadeusz Kosciusko⁴², fundada em 1914. O espaço deveria atender os interesses sociais, culturais e econômicos dos poloneses, que lá organizavam reuniões, festas e encontros. Porém, era uma sociedade de caráter masculino, em que só os homens participavam. Dessa forma, apesar de ser uma manifestação da etnicidade e uma forma de preservar determinadas práticas culturais e até mesmo o idioma, a sociedade foi um espaço de homens, tornando-se um meio para a sociabilidade masculina e suas decisões políticas e econômicas. O lugar da mulher era o espaço do lar, da igreja, das festas religiosas, da lavoura, e, com muitas exceções, da escola.

Um terceiro local que esses primeiros imigrantes poloneses construíram no povoado foi uma escola privada que funcionava na Sociedade Agrícola e era filiada à Sociedade Kultura⁴³. Os professores eram recrutados entre a comunidade; eram pessoas que já vinham com certo grau de instrução que, às vezes, já até lecionavam na Polônia ou que se formavam no Brasil, em cursos realizados em Curitiba. A escola foi fundada no ano de 1915, e aproximadamente 40 alunos a frequentavam. Os próprios imigrantes a mantinham por meio de contribuições em dinheiro ou gênero alimentício. O idioma inicial das aulas era o polonês, mas com a demanda pela inserção social, o português passou a ser ministrado no período da manhã. Mesmo sendo bilíngue, a escola atendia apenas as crianças de origem polonesa⁴⁴.

⁴¹ DUCATTI, A. **A vida nas colônias italianas**. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1979, p. 107.

⁴² Referência ao líder polonês Tadeusz Kosciusko, que lutou contra o Império Russo pela extinção da servidão e pelo acesso à propriedade de terra aos camponeses. Seu nome inspirou diversas sociedades polonesas construídas na imigração.

⁴³ Organização intelectual laica fundada em Curitiba no ano de 1920 com o nome de Federação das Associações Educacionais Polonesas. Funcionava, sobretudo, no âmbito da educação: auxiliava a formação de novas escolas, mantinha financeiramente as instituições educacionais, aprimorava a formação dos professores, dentre outras funções. Ver: GARDOLINSKI, E. **Escolas da Colonização Polonesa no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1976, p. 74.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 83-84.

Gardolinski mostra que, apesar dos imigrantes poloneses serem agricultores com pouca instrução, a educação exerceu um papel essencial em suas colônias, onde formaram diversas escolas mesmo, que a escolarização não fosse comum na Polônia nem obrigatória no Brasil. As escolas permitiam a ascensão social e a compreensão da cultura local, e, ao mesmo tempo, eram também um meio de preservar os valores e costumes do grupo⁴⁵. Apesar da relevância, a educação não era vivenciada por todos da mesma forma, e muitas famílias entendiam que os filhos deveriam se dedicar apenas às atividades agrícolas. A participação feminina nas escolas era ainda menor, pois, como contam as entrevistadas, “lugar de mulher não era na escola”⁴⁶. Dessa forma, muitas meninas interrompiam seus estudos ou nem sequer começavam, e, por pressão da família, acabavam reclusas ao lar, aos cuidados com a casa e ao trabalho agrícola.

Na primeira década de colonização, os poloneses da localidade tinham três importantes espaços para a congregação do grupo. Esses locais foram fundamentais, já que serviram para a preservação de suas tradições, para a manutenção de sua língua e a formação de redes de sociabilidade e auxílio mútuo. A vida pública do imigrante polonês se pautava na participação nesses locais e nos encontros que ocorriam na comunidade polonesa. Quanto à vida privada, esta se pautava principalmente no trabalho agrícola e no seguimento aos preceitos católicos. Enquanto isso, as outras funções da economia local foram ocupadas por indivíduos de outras origens, que administravam as casas de comércio, fábricas, selarias, ferrarias, hotéis e bares.

1.4.3. Interagindo com outros grupos, (re)significando a identidade

Floresta surge inicialmente como uma colônia polonesa, tornando-se uma das colônias com o maior número de imigrantes poloneses⁴⁷. Ainda na década de 1930, era uma das poucas localidades onde mais de 50% da população tinha procedência polonesa⁴⁸. Com o passar dos anos, pessoas de diferentes origens foram compondo a paisagem étnica do povoado, até mesmo porque as autoridades procuravam formar colônias mistas, para adaptar as diferentes etnias ao contexto brasileiro e não alimentar os sentimentos nacionalistas. Dentre as outras etnias que compunham o povoado estavam italianos, alemães, russos, lituanos e “brasileiros” – como os poloneses se referiam aos falantes de língua portuguesa que nasceram no Brasil.

⁴⁵ GARDOLINSKI, 1976, p. 13.

⁴⁶ MACIAK, Sabina. Entrevista oral realizada em 17 mar. 2017.

⁴⁷ Gluchowski mostra que Cotegipe era uma das colônias com o maior número de poloneses do estado. Cerca de 500 famílias polonesas se encontravam em Cotegipe por volta da década de 1930. Números maiores só seriam encontrados nas localidades de Guarani (2.000), Rio dos Índios (700), São Feliciano (600), Treze de Maio (600) e Porto Alegre (600). Ver: GLUCHOWSKI, 2005, p. 117.

⁴⁸ STAWINSKI, 1976, p. 80.

Mesmo assim, os primeiros anos de colonização demonstraram um forte isolamento dos poloneses, cuja vida estava baseada nos locais de congregação do grupo e nos diferentes momentos de sociabilidade na comunidade polonesa, desde relações cotidianas até procissões e festividades que organizavam no povoado. Esses encontros aparecem como grandes eventos que, mesmo ocorrendo a nível local, contavam com a presença de padres vindos do exterior e com outros poloneses da região, o que fez com que esse povoado ganhasse bastante destaque como uma colônia de imigração polonesa.

Um aspecto que demonstra o isolamento do grupo é a preferência pelos casamentos endogâmicos. Relacionar-se com um indivíduo de outra origem quase sempre causava algum tipo de problemática para a família, que presava pela manutenção dos costumes e da origem. Os pais, que geralmente estabeleciam os pretendentes poloneses de seu agrado para os filhos, se posicionavam fortemente contrários às uniões interétnicas e tentavam coibi-las através de mecanismos repressivos de vigilância e punição bastante rígidos, que também eram exercidos diante de quaisquer situações de transgressão à ordem moral ou aos preceitos do catolicismo, como será discutido no capítulo posterior. Porém, como mostra a história oral e os processos-crime, foram muitas as jovens que decidiram confrontar seus pais ou até mesmo fugirem para estabelecer suas relações conforme suas próprias escolhas. Dessa forma, mesmo com o poder coercitivo familiar, os casamentos interétnicos foram tornando-se cada vez mais frequentes, até se tornarem uma realidade cotidiana entre os polono-brasileiros.

Como evidenciado pela importância desses locais de congregação étnica na vida desses imigrantes e dos casamentos endogâmicos, pode-se dizer que havia todo um esforço coletivo e familiar em prol da coesão do grupo e da manutenção da etnicidade nesses primeiros anos de colonização. Em outras palavras, tanto a comunidade polonesa do povoado buscou se organizar para criar e manter instituições e encontros que pudessem congregar o grupo e preservar seus costumes, quanto os próprios indivíduos, em âmbito privado e familiar, procuravam dar continuidade às tradições, à coesão da comunidade e à ordem moral, mesmo que, para isso, fosse necessário utilizar práticas repressivas ou enrijecer as normas estabelecidas. Esses esforços são o resultado da experiência migratória; em outras palavras, dos efeitos do contato interétnico e das estratégias criadas pelo grupo para manter a sua própria cultura ao passo que se defronta com uma nova realidade.

Portanto, a imigração produz formas de demarcação e fronteiras sociais que começam a pautar a mentalidade do grupo e seus comportamentos diante de si mesmo e do outro. Barth⁴⁹,

⁴⁹ BARTH, 1969 apud POUTGNAT & STREIFF-FENART, 1998, p. 141.

que dizia que a etnicidade nada mais é do que uma distinção que os indivíduos fazem em seu cotidiano, mostra que são essas fronteiras que definem um grupo étnico – fronteiras que passam a ser necessárias a partir da experiência da imigração, e que criam categorias para si e para os outros através da ideia “eles não são como nós”.

Para que a noção de grupo étnico tenha um sentido, é preciso que os atores possam se dar conta das fronteiras que marcam o sistema social ao qual acham que pertencem e para além dos quais eles identificam outros atores implicados em um outro sistema social. Melhor dizendo, as identidades étnicas só se mobilizam com referência a uma alteridade, e a etnicidade implica sempre a organização de agrupamentos dicotômicos Nós/Eles. (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998, p. 152).

A identidade étnica é, portanto, um processo constitutivo no qual emergem a diferenciação de determinado grupo e a criação de identificações que são construídas tanto pelo próprio grupo quanto pelos grupos externos. Ou seja, os elementos pelos quais o próprio grupo se define não fazem sentido se não levarem em consideração o reconhecimento e a validação externos. Por conseguinte, a identidade é uma construção que depende da negociação com o outro, além de critérios de aceitabilidade, admissibilidade e credibilidade⁵⁰.

A identidade mais enrijecida dos primeiros imigrantes poloneses sofreu alguns impactos com a sua maior convivência com a realidade brasileira e com os valores dos outros grupos, o que repercutiu nas novas gerações. Esses impactos estão relacionados ao estigma social que foi conferido aos poloneses, que, por sua condição socioeconômica e pelo maior contato com o trabalho rural, eram identificados por denominações estereotipadas e pejorativas, como as expressões “polaco sem bandeira” e “polaco burro”⁵¹. Como mostrado por Elias e Scotson⁵², o preconceito em relação a um grupo muitas vezes provoca a interiorização do sentimento de inferioridade e a auto-rejeição. Assim, muitos poloneses, sobretudo das gerações mais novas, passaram a sentir vergonha de sua origem étnica e a rejeitar as práticas culturais perpetuadas por seus pais ou avós. Se para os primeiros imigrantes os esforços para o isolamento do grupo e para a manutenção das práticas culturais eram tão importantes, para as gerações mais novas essas questões passaram a ter cada vez menos relevância.

⁵⁰ POLLAK, M. Memória e Identidade Social. In: **Estudos históricos**, nº 10, 1992, p. 5.

⁵¹ Essa foi uma situação vivenciada não só pelos poloneses do povoado de Floresta, como também dos poloneses de inúmeras outras colônias do Rio Grande do Sul. Ver: GRITTI, 2004.

⁵² ELIAS, N.; SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

Não é à toa que, exatamente no período em que essas relações são intensificadas e que se passam as primeiras décadas de colonização do povoado, surge uma parcela de poloneses que se envolvem muito mais com os outros grupos e que deixam de frequentar os antigos lugares de congregação étnica para frequentar os novos espaços interétnicos. Um exemplo marcante desse processo foi a cisão, ocorrida na década de 1930, entre os poloneses mais tradicionais e poloneses mais integrados à comunidade local, em circunstância da criação da Igreja Católica Romana, destinada a todos os fiéis católicos do povoado, não somente poloneses⁵³. O caso suscitou inúmeros conflitos, até que um dia a antiga igreja dos poloneses apareceu incendiada. Os antigos poloneses culpavam os integrantes da nova igreja, mas não se conseguiu confirmar a autoria do crime.

Mesmo com o ocorrido, esse grupo de poloneses convictos continuou não aceitando a autoridade da nova igreja e decidiram reerguer outra no mesmo local da que fora incendiada. Os poloneses a denominaram de Igreja Católica Polonesa e elegeram como padroeira a Nossa Senhora de Monte Claro, ou Nossa Senhora de Czestochowa (padroeira da Polônia). A Igreja Católica Polonesa diferia por não reconhecer a autoridade do Papa em Roma, mas seguia os mesmos ritos e proscições da Igreja Católica Romana. Os cultos dessa igreja eram realizados em polonês e o espaço recebeu padres de outras localidades, até mesmo, do exterior em diversos momentos. O primeiro padre responsável pela igreja foi Martin Kuszel, que exerceu grande influência na comunidade, mas foi alvo de inúmeras injúrias pelas famílias que haviam optado pela Igreja Católica Romana. Os relatos contam que as famílias proibiam seus filhos de irem a essa igreja, e que circulavam boatos de que o padre desaparecia com as crianças ou as devorava⁵⁴. Assim, se criou todo um imaginário popular negativo em relação à Igreja dos poloneses, bem como uma forte discriminação em relação aos que a frequentavam.

A Igreja Católica Romana, ou Igreja Nossa Senhora do Rosário, também era coordenada por um padre polonês, chamado Estanislau Pollom. Era, entretanto, muito mais adepta à nova realidade interétnica e à cultura local, pois realizava as missas em português e era destinada a toda a comunidade católica do povoado: poloneses, italianos, alemães, brasileiros e os demais habitantes da localidade, que passaram a tomá-la como principal igreja. Estanislau Pollom foi uma figura de grande importância, pois, além da Igreja, também foi responsável por diversos projetos e obras, como o Colégio Cristo Rei e o Hospital São Vicente de Paulo, ambos geridos por Irmãs Vicentinas da Congregação da Missão. Cabe ressaltar que os poloneses que ficaram em torno da Igreja Católica Romana e das estruturas criadas pelo Padre Pollom são descritos

⁵³ DUCATI, 1979, p. 107.

⁵⁴ LESCHINSKI, Armando. Entrevista oral realizada em 12 mar. 2017.

como indivíduos mais integrados à comunidade local, mas, mesmo assim, isso não significou a exclusão de suas práticas culturais de imigrantes ou uma total assimilação ao contexto brasileiro.

O conflito também repercutiu no ensino do povoado, que foi dividido em duas escolas: uma para os alunos da religião católica romana, do professor Ferdinando Braska, e outra para os alunos cuja família era dissidente, do professor Estanislau Mallys⁵⁵. Ambas ministravam o ensino em polonês e português, e eram destinadas às crianças de origem polonesa. No mesmo período, o povoado ganhou uma escola municipal, que passou a atender as crianças de outras origens, que ficaram sem escolarização até 1930. Depois disso, o ensino bilíngue das crianças polonesas durou pouco tempo, pois as duas escolas foram integradas à escola municipal com a Campanha de Nacionalização de 1937, que buscava integrar os imigrantes à cultura e à língua nacional e que instituiu o ensino do português como o único idioma aceito nas escolas.

É importante frisar que esses indivíduos não foram simplesmente assimilados ao novo contexto ou às dinâmicas de um grupo específico. As dificuldades de coesão e as mudanças pelas quais sua identidade passou são resultado de inúmeros processos de convergência entre grupos, que, a partir da interrelação com a sociedade nacional e demais etnias, minimizaram, em longo prazo, as diferenças culturais e sociais resultantes da imigração, dando surgimento a uma cultura original transformada, na qual determinados valores, comportamentos, práticas e instituições foram reelaborados⁵⁶. Não se trata de um processo de total assimilação, mas de ressignificações, interações e convergências que, apesar disso, ainda mantém as demarcações e critérios de distinção⁵⁷.

Tal processo repercutiu na forma como esses indivíduos viam a si mesmos, nas relações que estabeleciam com o outro, nas suas dinâmicas privadas, no uso de seu idioma de origem, na frequência de suas práticas culturais, e, enfim, em diversos outros âmbitos que compunham sua subjetividade. A experiência da imigração e, portanto, o contato com um outro que não o mesmo da sua cultura, leva o sujeito a perceber que há múltiplas verdades e possibilidades de ser sujeito. É a partir desse encontro que o indivíduo não apenas cria sua identidade como é levado a questionar sua maneira de entender a si próprio e a sua realidade.

Fica claro, portanto, que o contato contínuo com outra cultura supõe um conflito, crise e uma posterior ‘adaptação’ ao novo ambiente cultural. Interessante lembrar que a palavra crise, em chinês, é formada por dois ideogramas, em que um significa

⁵⁵ DUCATI, 1979, p. 102.

⁵⁶ TRUZZI, O. Assimilação ressignificada: novas interpretações de um velho conceito. DADOS – **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 55, nº2, 2012, p. 517-553.

⁵⁷ SEYFERTH, 1988 apud TRUZZI, 2012, p. 530.

perigo e o outro significa oportunidade. Há, portanto, a possibilidade dessa crise ser insuperável, devido a uma série de fatores situacionais e internos, assim como a possibilidade da mudança poder significar ampliação do *self*, transformação. Esta advém de um complexo processo de negociação relativo à própria identidade, a identidade grupal, os próprios valores, envolvendo questões étnico-raciais, vivência de preconceito, educação dos filhos, relações familiares, questões intergeracionais, de gênero, enfim, uma gama de questões relativas à própria existência humana. Esse desconcerto envolve a vivência de crise psicológica e sua posterior elaboração, quando possível. Esse processo de negociação, contudo, é também realizado por filhos e netos de imigrantes que vivem entre dois mundos de referências culturais distintas em seu dia a dia, sem terem saído do país onde cresceram, mas que cruzam fronteiras culturais a partir do momento em que saem de suas residências. (DANTAS et al., 2010, p. 48).

Dessa forma, a identidade é um devir, um processo de vir a ser nunca acabado que os sujeitos estão sempre ressignificando de acordo com uma série de elementos presentes na paisagem social, cultural, familiar e individual. Sendo assim, é sempre um processo relacional, instável e até mesmo incoerente, fruto de uma negociação muitas vezes geradora de um conflito que permite ao sujeito novas elaborações de si mesmo.

Como se pode perceber, os poloneses dos quais este trabalho trata não são os mesmos indivíduos da imigração, mas indivíduos que, no período abrangido pela pesquisa (década de 1930 a 1950), passavam por dificuldades de coesão social e de manutenção da origem étnica. Essas dificuldades têm relação com uma série de fatores, tais como a maior convivência com os outros grupos, as estratégias de adaptação que criaram para sobreviver ao novo contexto, as formas de assimilação perpetuadas pelo aparelho estatal, o estigma social que foi conferido ao grupo, dentre outros fatores. Não por acaso, é justamente nesse momento que surgem essas questões, que surgem também novas formas de viver a etnicidade, conflitos entre os valores das gerações mais novas e as gerações mais velhas e transgressões à moral estabelecida que vêm a desequilibrar as antigas formas de coesão social e de controle familiar.

CAPÍTULO 2:

A SUBJETIVIDADE ENTRE O CONTROLE E OS PADRÕES NORMATIVOS

2.1. Normatividade e repressão: uma questão social

Em cada sociedade, há um conjunto de comportamentos admissíveis, outro conjunto de comportamentos inaceitáveis e outro conjunto que será imposto como o correto, estimulado e esperado dos indivíduos, o que pode ter uma série de variações de acordo com o sexo, a classe e a etnia. Tais comportamentos passam por uma definição cultural, muitas vezes inconsciente, que vai sendo construída e imposta enquanto uma ordem normativa e compulsória. Quaisquer que forem os comportamentos fora dessa ordem, ou seja, fora da matriz cultural estruturada como a correta, também ficarão fora do limite de compreensão da sociedade, ficarão fora da sua inteligibilidade cultural, fora do seu horizonte de possibilidades, restando a eles os rótulos de erro, desvio, transgressão, anormalidade, deficiência, loucura, pecado, crime. Por trás dos rótulos, estão nada mais do que identidades não aceitas, não compreendidas, não normativas, que são obstruídas por uma série de estruturas, códigos, instituições, discursos e aparelhos prescritivos. Os rótulos, estruturados em um poder que pode ser do tipo religioso, médico ou legal, legitimam as práticas de extermínio desses comportamentos, de proibição e exclusão⁵⁸.

Durante a primeira metade do século XIX, o catolicismo ainda tinha um papel essencial na definição sobre o que seria um comportamento aceitável e o que seria um comportamento desviante. O catolicismo estruturou a ordem moral das sociedades ocidentais e fez com que diferentes grupos se assemelhassem em seus códigos de moralidade. Da mesma forma ocorreu com as comunidades de imigração, que, no contexto brasileiro, tinham padrões de moralidade muito semelhantes, e, como o catolicismo era uma das únicas estruturas que se perpetuava mesmo com a migração, esses indivíduos tinham na religião uma referência moral e cultural. Essas similaridades ainda têm relação com as semelhanças que essas comunidades tinham quanto ao espaço territorial, ou seja, um espaço rural, interiorano e interétnico⁵⁹. Não é à toa que os processos-crime deste período não são uma especificidade de algum grupo étnico, mas sim fruto de uma mentalidade católica perpetuada pelos imigrantes e pela justiça brasileira⁶⁰.

⁵⁸ Foucault mostra que, na modernidade, se gestou um esforço coletivo, perpetuado por uma série de instituições e práticas, para a normatização dos comportamentos e o enquadramento dos indivíduos em uma ordem produtiva e moral. O autor defende que mais do que simplesmente confinar ou punir os indivíduos, essas estruturas tinham um objetivo em comum de moldá-los para que se tornassem corpos dóceis e disciplinados. Ver: FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: O nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2014 (c).

⁵⁹ TOMACHESKI, op. cit., p. 177.

⁶⁰ VANNINI, 2008, p. 38.

Diferentes instituições estavam baseadas nas prescrições do catolicismo, como a família e o próprio aparelho estatal, que moldavam os indivíduos no modelo da moralidade católica a fim de manter a ilusão da ordem, da coesão social, da suposta normalidade. Dessa forma, os interesses do aparelho estatal e da família muitas vezes convergiam⁶¹.

[...] essa harmonia entre a ordem das famílias e a ordem estatal é produto mais de uma convivência tática do que de uma aliança estratégica. Já que o escândalo não é da mesma natureza para as duas. O que perturba as famílias são os filhos adulterinos, os menores rebeldes, as moças de má reputação, enfim, tudo o que pode prejudicar a honra familiar, sua reputação e sua posição. Em compensação, o que inquieta o Estado é o desperdício de forças vivas, são os indivíduos inutilizados ou inúteis. Então, entre esses dois tipos de objetivos, há uma convergência momentânea sobre o princípio da concentração dos indesejáveis da família. Mas se, para as famílias, essa concentração é encarada como exclusão, alívio, para o Estado ela vale como interrupção das custosas práticas familiares, como ponto de partida de uma vontade de conservação e de utilização dos indivíduos. Superfície de absorção dos indesejáveis da ordem familiar, os hospitais gerais, os conventos, os hospícios servem de base estratégica para toda uma série de intervenções corretivas sobre a vida familiar. (DONZELOT, 1986, p. 29).

De acordo com Donzelot, a instituição familiar e a instituição estatal tinham um interesse em comum: coibir os indesejáveis, seja o indesejável moral ou o indesejável produtivo. Embora o autor destaque o interesse econômico do aparelho estatal, este teve um papel fundamental na imposição de uma moralidade cristã, por meio da criação de leis que coíbiam o defloramento, o aborto, adultério, divórcio e a homossexualidade⁶². Da mesma forma, a família estava aliada ao aparelho estatal ao contribuir para o enquadramento de seus membros no padrão produtivo esperado pelos ditames econômico-capitalistas.

Na comunidade, o poder do Estado se efetuava por meio da atuação dos comissários de polícia e do recurso à justiça. Entre as décadas de 1910 e 1920, pouco se recorreu à polícia e à justiça, já que os poloneses, que formavam a população predominante, raramente sabiam falar a língua portuguesa e ainda tinham pouco acesso às delegacias. Os conflitos eram resolvidos pelo próprio grupo, a partir de um consenso social que estabelecia as fronteiras entre o que era permitido ou não, o que legitimava o uso da violência física e, em alguns casos, até mesmo da

⁶¹ Estado e família, apesar de serem instâncias de controle e normatização baseados na moralidade cristã, nem sempre convergiam em seus interesses. Como se verá adiante, nos casos de defloramento e conjunção carnal, o interesse das famílias era de tentar reparar o dano moral causado pelo homem que havia engravidado sua filha, ao passo que as condutas desses homens muitas vezes eram legitimadas pela justiça com base no histórico moral da vítima e a sua suposta desonestidade, que então justificaria o crime.

⁶² CHAUI, M. **Repressão sexual**: essa nossa desconhecida. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 141.

morte daquele que transgrediu as normas. Nesse período, são poucos os processos-crime que ocorreram na localidade e os que ocorreram se referem a pequenos furtos ou incidentes por decorrência da ingestão de bebida alcoólica. Na década seguinte, o número de processos tem um aumento muito significativo, passando a se referir a uma miríade de motivações.

A mudança com relação à quantidade de processos-crime ocorridos na década de 1930 indica que a justiça passou a ser um meio possível – e requisitado – de resolução dos conflitos internos do grupo, o que pode ter ligação com dois movimentos diferentes. Por um lado, essa mudança pode ter sido um produto da maior assimilação dos poloneses ao contexto brasileiro e do fato de terem se apropriado mais da língua nacional – afinal, a maior parte dos processos que envolvem poloneses já não necessitava do recurso ao tradutor, o que não significava que estes indivíduos não tivessem dificuldades para se expressar e que suas falas tenham sido mal interpretadas por muitos delegados e escrivães. Por outro lado, a mudança também demonstra o esforço do Estado para se introduzir nessas comunidades de imigração e impor seus meios administrativos. O aumento dos processos-crime também pode representar as dificuldades de coesão social da comunidade, que, apesar de seus esforços, não conseguia impor a autoridade familiar e a normatividade cristã totalmente.

Embora tenha sido bastante frequente o recurso à justiça, a sociedade também dispunha de seus próprios métodos para coibir as transgressões. Pierre Mayol, se referindo ao modo de organização do bairro, mostra que este tem um papel fundamental na regulamentação do que é permitido e proibido, conseguindo impor essa regulamentação a partir do discurso⁶³.

O bairro enquanto espaço público não dispõe de nenhum poder de regulamentação ou de coerção para subordinar a uma vontade coletiva a prática sexual efetiva de seus frequentadores [...] Ele só tem o poder sobre o discurso, sobre “aquilo que se diz do sexo”: a palavra é a única matéria social sobre a qual se pode legitimamente fazer um ato de jurisdição, na faixa muito estreita que é tolerada, nas suas margens, pelo regime comportamental da conveniência. (MAYOL, 2013, p. 62).

Em outras palavras, o discurso consegue autorizar no campo do dizer o que proíbe no campo do fazer. Por meio das práticas discursivas, o bairro (comunidade) se torna um espaço onde os indivíduos são introduzidos à aprendizagem social, à vida cotidiana, às normatizações sobre o que é ou não é permitido fazer, sem que para isso sejam necessárias leis escritas, mas, sim, um contrato social implícito no qual todos participam como seus agentes.

⁶³ MAYOL, P. Morar. In: CERTEAU, M. et al. **A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 62.

Além de regulamentar os comportamentos permitidos por meio do discurso, a sociedade também buscava coibir os desvios por meio da estigmatização, que era uma forma de punição social. A estigmatização marcava os transgressores, condenava-os publicamente e os excluía do resto da sociedade. Um dos reflexos desse processo está na segmentação cemiterial, pois o cemitério, que atendia somente a comunidade polonesa, só recebia os que tivessem seguido os preceitos cristãos⁶⁴. Em seu interior, não havia lugar para os suicidas, para as prostitutas e os recém-nascidos, que, por terem morrido cedo, ainda não haviam sido batizadas. Para estes, não se podia realizar o velório e nem mesmo o portão do cemitério era aberto para as famílias, que tinham que passar por cima do muro para poderem enterrar seus mortos. O lugar destes no cemitério era um pequeno canto afastado, separado dos demais por uma cerca e conhecido como “o local dos excluídos”, como se recorda uma das entrevistadas⁶⁵.

2.2. Segredos do corpo: silêncios e pudores

Esconder as manifestações biológicas do corpo feminino era visto como uma forma de coibir os impulsos sexuais. Às mulheres era vedado o conhecimento sobre seu corpo, sobre a menstruação, sexualidade, concepção, gestação e o parto – experiências que, por mais natural que fossem, eram vistas como sujas, impuras e imorais. Falar sobre tais experiências era falar sobre algo tão permeado pelo tabu e pelo pudor que causava um enorme desconforto. A maior parte das meninas, ao chegar à menarca, não fazia ideia do que estava acontecendo com o seu corpo. Era mais compreensível tomar o ocorrido como uma grave doença do que como um acontecimento natural e biológico. Só depois, pelas amigas e irmãs mais velhas, que ficavam sabendo que se tornaram “mocinhas”. Nem as mães – e quem dirá os pais – davam grandes explicações às filhas, que cresciam sem entender as alterações físicas, biológicas e emocionais que vivenciariam. Além da menstruação, outra experiência que espantava era a gravidez. Acostumadas a pensar que os bebês eram pegos do banhado⁶⁶, as moças pouco sabiam sobre concepção e gravidez. As grandes barrigas eram escondidas com roupas largas e compridas, de maneira que as mães nunca falavam que ali estava sendo gestada uma criança. Com isso, o casamento significava uma miríade de novas experiências e descobertas.

⁶⁴ WENCZENOVICZ, 2007, p. 238.

⁶⁵ MARTIN, Leocádia. Entrevista oral realizada em 14 mar. 2017.

⁶⁶ Canal e Wenczenovicz mostram que a concepção era uma experiência permeada por histórias fantasiosas entre os polono-brasileiros, que muitas vezes contavam para seus filhos que os nenês eram encontrados nos banhados. Apesar disso, essa explicação não era uma especificidade polonesa, pois outros grupos de imigrantes também a utilizavam, como os ítalo-brasileiros. Ver: CANAL, S.; WENCZENOVICZ, T., 2012, p. 55.

Para muitas moças, os primeiros tempos do casamento revelariam uma nova dimensão de experiências, das quais estas moças raramente estavam preparadas para vivenciarem. Se morar, trabalhar e viver exigir adequar-se às novas circunstâncias, os momentos íntimos de casal geralmente revelavam inibição e pudor. A falta de trato, o desconhecimento da sexualidade e os tabus circunscritos ao corpo feminino refletiam-se no interior dos quartos, no cotidiano familiar dos corpos silenciados. (CANAL, S.; WENCZENOVICZ, T., 2012, p. 54).

O pudor em relação ao corpo e a tentativa de coibir qualquer impulso ou desvio sexual também afetavam as relações entre pais e filhos. Por um lado, havia muito pouco espaço para o diálogo. Os pais tratavam as questões relativas à sexualidade mediante tabus e proibições, o que fazia com que a sexualidade só tivesse lugar entre os silêncios e segredos. Por outro lado, também havia muito pouco espaço para abraços e carinhos, pois tudo era passível de se tornar um desvio, uma imoralidade, uma indecência; até as menores demonstrações de afeto foram sexualizadas, levando à incompreensão das carícias entre pais e filhos, como diz Miguelina⁶⁷. A pouca importância dada aos afetos também estava ligada ao modo como a família estava estruturada, ou seja, a partir de relações de deveres e obrigações, nas quais o papel da autoridade paterna e da labuta diária ocupava um lugar central no cotidiano dos indivíduos, que eram tomados enquanto mão de obra para visar à prosperidade da propriedade familiar.

Paralelamente, a sexualização do corpo também levou a uma forte aversão aos médicos, pois, sobretudo para as famílias de poloneses mais antigos, era algo extremamente mal visto, e inclusive um pecado, mostrar o corpo a outrem, seja sob quaisquer circunstâncias. Pelo menos durante as primeiras duas décadas da colonização, esses indivíduos ficaram restritos aos seus conhecimentos e técnicas tradicionais já utilizadas na Polônia, cujo tratamento às doenças se dava principalmente por meio de chás e cataplasmas. Quando se precisava recorrer a alguém, as famílias recorriam às parteiras e benzedeiras da comunidade polonesa, que guardavam os saberes empíricos de mais reconhecimento. Fixados à tradição e aos pudores, os poloneses resistiram até aceitarem os tratamentos médicos, que só foram ganhando espaço de forma lenta e gradual, mas sem substituírem as antigas benzedeiras e parteiras. Pela construção do primeiro hospital, em 1936, por iniciativa do Padre Estanislau Pollom⁶⁸ – considerado a maior referência católica da região –, os poloneses passaram a ressignificar sua relação com o corpo e a cederem cada vez mais à atuação dos médicos.

⁶⁷ CZAPLA, Miguelina. Entrevista oral realizada em 17 mar. 2017.

⁶⁸ DUCATTI, A. **O Grande Erechim e sua história**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias, 1981, p. 317.

2.3. Controlando a sexualidade, protegendo a honra familiar

Aliada aos interesses normativos e moralizantes do aparelho estatal e da comunidade em geral, a família desenvolveu suas próprias técnicas para que os indivíduos correspondessem à ordem moral dominante. Principalmente em um primeiro momento da colonização, no qual a presença e a efetividade do poder estatal eram escassas no povoado, a família era o principal agente para o controle e a normatização dos indivíduos, na medida em que a ela foi outorgada a responsabilidade de não apenas assegurar as condições básicas de subsistência aos filhos, como também de enquadrá-los aos padrões normativos, que se referem aos papéis de gênero, à sexualidade, às relações afetivas e aos comportamentos em geral.

A normatização se dava através de diferentes mecanismos e, no que tange à repressão, a família exercia uma série de técnicas que, fazendo parte de um consenso cultural, lhes eram permitidas e estimuladas pela comunidade. Essas técnicas eram formas de atemorizar e punir as atitudes de desobediência, que contrariavam a autoridade familiar e os padrões produtivos e morais. Sabina, ao se recordar dos castigos que eram comuns na colônia, conta que os filhos eram deixados em um cômodo escuro durante um dia inteiro, sem que pudessem sair e comer até o castigo acabar⁶⁹. Armando conta que as crianças apanhavam pelas mais insignificantes motivações e com os mais variados instrumentos – “ia o que tinha na mão”⁷⁰, e, então, valia de tudo. Essas práticas, frequentes e corriqueiras, impunham a supremacia da autoridade familiar, e, sobretudo, paterna, fazendo com que, a partir do medo, os filhos fossem compelidos por si próprios a evitar quaisquer desvios.

Na colônia, era importante que, além da moralidade e do respeito à autoridade familiar, os indivíduos também correspondessem aos padrões produtivos. Cabe lembrar que o sistema de produção camponês é regido pela auto-exploração⁷¹ e que a rotina do trabalho rural é uma rotina laboriosa, árdua. Dessa forma, como escreve Seyferth: “os colonos se concebem como donos de seu tempo, porém nunca têm tempo livre”⁷². A necessidade de fazer os movimentos corretos não deixava espaço para brincadeiras e procrastinações, o que levava a uma repressão cotidiana de quaisquer ações que fossem consideradas perdas de tempo. Arlete, ao se lembrar da rotina no campo, conta que até mesmo as conversas com as amigas eram proibidas⁷³:

⁶⁹ MACIAK, Sabina. Entrevista oral realizada em 17 mar. 2017.

⁷⁰ LESCHINSKI, Armando. Entrevista oral realizada em 12 mar. 2017.

⁷¹ CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

⁷² SEYFERTH, G. As contradições da liberdade: análise das representações sobre a identidade camponesa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 78-95, 1992.

⁷³ ODY, Arlete Baidek. Entrevista oral realizada em 21 mar. 2017.

O pai não deixava nem as amigas vir. Tinha uma que era muito amiga minha, que morava aqui perto, daí quando eu ia tirar leite, ela entrava pelo potreiro, aqui por trás, e ia lá na estrebaria pra nós conversar. O pai não deixava conversar, não podia perder tempo. Sempre tinha 28, 29 vacas pra tirar leite, e era tudo manual, né. Aí ele não deixava ninguém vir. Se ele sabia que uma colega veio, até se vinha alguém pra fazer trabalho... Nunca eu podia receber elas em casa.

Embora essas práticas de normatização e repressão tenham tido múltiplas motivações, a sexualidade certamente foi uma tônica nos mecanismos coercitivos familiares. Fundada nos ditames do catolicismo, para quem a pureza sexual era uma virtude indispensável para o bom cristão, a cultura polono-brasileira dirigiu a repressão especialmente à sexualidade. O medo que as famílias tinham em relação a qualquer comportamento sexual desviante era um medo descomunal, que acometia a todas em algum nível. Isso se deve ao fato de que a família era vista, socialmente, enquanto a grande responsável por quaisquer desvios de seus membros. Em caso de transgressão, era a família que seria culpabilizada e julgada na comunidade.

Um dos grandes temores das famílias, que aparece em praticamente todas as narrativas, era a gravidez antes do casamento. Seja pela prática sexual consentida ou pelo defloramento, toda a gravidez não consumada dentro do casamento cristão era fortemente condenável, tenha sido a menina vítima ou cúmplice. Nesses casos, as famílias execravam as filhas, expulsando-as de casa ou sujeitando-as a proibições e agressões. As mulheres que casavam grávidas eram afligidas pela mácula e pela vergonha. Sabina, ao lembrar-se de um casamento deste período, conta que o padre interrompeu a cerimônia para tirar o véu da noiva e mandar que o véu fosse pisado por um dos padrinhos, marcando publicamente a desonra da noiva⁷⁴. Muitos homens, mesmo que fossem os responsáveis pela gravidez, ainda se recusavam a casar. A gravidez, sendo a prova cabal de que a menina não era mais virgem, reduzia drasticamente suas chances de contrair um matrimônio, ainda mais estando em uma cultura himenólata⁷⁵.

Muitas famílias recorreram à justiça nesses casos em que a menina era deixada grávida, pois muitos desses casos se enquadravam como crimes de defloramento ou conjunção carnal. O defloramento, previsto pelo Código de 1890, consistia no ato de desvirginar uma mulher menor de idade. A conjunção carnal, prevista pelo Código de 1940, significava ter conjunção carnal com uma mulher dita “honesta” mediante fraude; quando seguida por sedução, ou seja, seduzir uma mulher virgem menor de idade, o crime se assemelhava ao antigo defloramento

⁷⁴ MACIAK, Sabina. Entrevista oral realizada em 17 mar. 2017.

⁷⁵ Vannini identifica a região colonial italiana como uma cultura himenólata, ou seja, que coloca a preservação do hímen enquanto símbolo da virgindade, da honra e da pureza sexual. Tal cultura é um desmembramento dos valores cristãos fundados no ascetismo sexual, porém, não é uma especificidade dos ítalo-brasileiros, mas da sociedade brasileira em geral, que seguia os ditames da Igreja católica. Ver: VANNINI, 2008, p. 97.

do Código de 1890⁷⁶. A iniciativa de abrir o processo geralmente partia da família da menina, que precisava se deslocar até a delegacia de polícia, que ficava na sede do município, em José Bonifácio (Erechim). Depois de relatarem a queixa, abria-se o inquérito, as testemunhas eram chamadas e a menina era submetida ao exame de corpo delito, para atestar sua virgindade.

A fim de entender o funcionamento desses inquéritos, foram analisados oito processos-crime de defloração e conjunção carnal que estão listados na tabela abaixo. Esses processos ocorreram em diferentes comunidades de imigração polonesa de Erechim, durante o início da década de 1940, quando se verificava a mudança entre o Código Penal de 1890 para o Código de 1940. Quanto ao perfil dos denunciados, estes eram homens de 18 a 24 anos que exerciam diferentes profissões: eram não apenas agricultores como carpinteiros, pedreiros, funcionários públicos e professores municipais. Enquanto isso, as vítimas eram mulheres de 17 a 19 anos; todas eram domésticas – o que demonstra o lugar social destinado à mulher – e de famílias humildes que atestavam condição de miserabilidade.

Tabela 1 – Processos-crime sobre casos de defloração e conjunção carnal que foram analisados

Número	Ano	Crime
1512	1941	Defloração
1520	1941	Defloração
1523	1941	Defloração
1554	1941	Defloração
1566	1941	Defloração
1624	1942	Defloração
1732	1943	Conjunção carnal
1736	1943	Conjunção carnal

Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)

Nestes processos, o trinômio sexo, gravidez e recusa do casamento era uma constante. Os envolvidos geralmente namoravam há algum tempo e, tendo mantido relações sexuais, a menina ficou grávida. As vítimas alegavam que foram prometidas em casamento pelos réus e que, por isso, aceitaram as relações sexuais. Porém, quando engravidaram, o réu teria se recusado a casar, deixando não somente a menina desonrada como uma futura mãe solteira, o que era igualmente condenável pela sociedade. Para se eximirem da culpa pelo defloração, os denunciados alegavam que não haviam sido autores do desvirginamento, responsabilizando outros homens pelo defloração da vítima. No processo de número 1732, por exemplo, o réu chega a fazer uma listagem de todos os homens com os quais a vítima teria mantido relações sexuais, o que provaria sua condição de desonestidade e o eximiria da condenação.

⁷⁶ COSTA, M. Do “defloração” ao “estupro”: história dos crimes sexuais no Brasil. *Estudos feministas*, vol. 16, no. 2, mai./ago., 2008.

Os processos mostram diferentes estratégias masculinas para se livrarem do casamento, além de tentarem comprovar a suposta desonestidade da vítima. No processo de número 1736, por exemplo, as testemunhas demonstram as tentativas do denunciado para causar o aborto da vítima, que teria sido obrigada a ingerir chás abortivos e a assinar uma carta acusando outro homem como o autor do desvirginamento. As narrativas obtidas pela história oral mostram ainda outras estratégias, como a fuga do rapaz. Leocádia lembra que era uma criança quando seu pai chegou a casa e falou para a esposa: “acho que tu soltou os porco da mangueira antes do tempo”⁷⁷. Dias depois, a namorada de seu irmão apareceu grávida. Os pais, que achavam que a menina “não prestava”, auxiliaram o filho a fugir para Santa Catarina.

Os processos-crime também demonstram que os inquéritos tornavam a mulher o maior objeto da investigação, embora os denunciados fossem os homens. A vítima era submetida a uma investigação moral, a partir do detalhamento do seu histórico, da análise das suas roupas, do seu comportamento, de como eram vistas pelas testemunhas. Não somente sua virgindade física deveria ser atestada, mas também sua “virgindade moral”, ou seja, seu estado de pureza, honestidade e decência. Ao serem desmoralizadas no próprio inquérito no qual eram vítimas, essas mulheres tornavam-se as próprias culpadas pelo crime, resultando na improcedência da denúncia⁷⁸. Dessa forma, o aparelho estatal transformou o que era um patriarcado privado em um patriarcado público, na medida em que ratificava e reforçava as prescrições da dominação masculina exercida no cotidiano, como discorre Bourdieu⁷⁹.

Estado e família exerciam um controle sobre a sexualidade feminina, o que por um lado era uma forma de coibir os desvios e, por outro, uma forma de conter seus desejos e impulsos. Disciplinar seus corpos era então subjugar-las a uma ordem que as coloca como incapazes de controlar a si mesmas, como desprovidas de racionalidade, como facilmente levadas por seus impulsos. Ao homem não cabe à contenção da sexualidade, pois sua sexualidade, além de ser natural, de ser fruto do desejo inerente ao ser homem, é justamente provocada pelas mulheres, causadoras do pecado e da degradação dos costumes. Dessa forma, resta às mulheres negarem sua sexualidade, se eximirem de seus desejos, exercerem o autocontrole e preservarem a sua integridade moral, o que constitui um discurso que reafirma o lugar atribuído às mulheres, que só existem para o casamento e para a maternidade.

⁷⁷ MARTIN, Leocádia. Entrevista oral realizada em 14 mar. 2017.

⁷⁸ Esteves, ao pesquisar processos-crimes de defloramento ocorridos no Rio de Janeiro no início do século XX, mostrou que esses processos eram uma forma de impor o discurso civilizador sobre as mulheres das camadas populares, que deveriam adotar os padrões de comportamento da elite e tornarem-se recatadas, honestas e bem comportadas. Ver: ESTEVES, M. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1989.

⁷⁹ BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2017, p. 122.

Identificar a virgindade como “dique de contenção moral” foi investir na possibilidade do uso da sexualidade das mulheres apenas para a reprodução e dentro do matrimônio, sem direito a escolhas, desejos e “excessos” [...] as mulheres permaneceram sendo definidas como seres inferiores aos homens, desprovidas de força moral, facilmente sugestionáveis e movidas pela emoção. Em razão dessa suposta fragilidade moral, elas deveriam permanecer, portanto, sob o controle e a tutela do poder masculino, explicitados na “proteção” assegurada pelo aparato jurídico do poder público. (MUNIZ, 2005, p. 8).

Como eram colocadas como seres inferiores e incapazes, outras instâncias deveriam agir para conter seus impulsos, o que legitimava a necessidade da tutela paterna e do aparato jurídico, que, como esferas de normatização, reafirmavam os papéis de gênero dominantes⁸⁰.

A sexualidade era então controlada pela família como uma forma de evitar a degradação moral. Os namoros, que deveriam visar o casamento, eram permeados por uma série de regras e proibições. Na perspectiva das famílias, até pequenas ações podiam ser vislumbradas como uma possibilidade, mesmo que distante, de transgressão à moralidade. Dessa forma, a família reprimia até as atitudes mais banais dos namoros, como toques e carícias. Arlete conta que o namorado vinha a visitar toda a semana. Certa vez, quando foram se despedir, o namorado pôs a mão em seu ombro. Ao ver o gesto, seu pai logo reprimiu o rapaz, gritando da varanda “tira a mão do ombro da minha filha”. Ela conta que nunca se esqueceu desse episódio e que os namorados jamais podiam se encostar. Quando se viam, “era um do lado da máquina de costura e o outro do outro”⁸¹.

Outras normas também regiam os namoros, que deveriam ocorrer na casa da noiva, nas noites de sábado e nas tardes de domingo, já que a preservação da sexualidade das meninas era muito mais crucial à família da noiva do que do noivo, já que um homem jamais seria julgado por perder a virgindade antes de casar-se ou ainda por desonrar uma menina: a mácula social recairia somente à jovem e à sua família. Todas essas regras só funcionavam a partir de uma vigilância constante durante os encontros; não apenas uma vigilância dos pais sobre os filhos, que era muito mais dirigida às filhas mulheres e que aparece em praticamente todas as narrativas, mas também dos próprios indivíduos sobre eles mesmos, porque se o objetivo era impedir a impureza sexual ou o que induz à impureza, era preciso realizar uma vigilância contra si mesmo, em cada lugar e a cada instante, de maneira a controlar-se a si próprio⁸².

⁸⁰ MUNIZ, D. Proteção para quem? O Código Penal de 1940 e a produção da “virgindade moral”. **Labrys: estudos feministas**, v. 1-2, jan./jul. 2005.

⁸¹ ODY, Arlete Baidek. Entrevista oral realizada em 23 mar. 2017.

⁸² FOUCAULT, M. **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 117.

Embora este conjunto de procedimentos tenha sido um padrão entre as famílias polono-brasileiras, este não necessariamente era um padrão na Polônia. Krystyna, ao recordar-se das narrativas da mãe, conta que muitos dos costumes polono-brasileiros lhe eram estranhos⁸³. Sua mãe estranhava que, aqui, os namorados “ficavam o domingo inteiro se olhando, junto com alguém da família cuidando” e conta que, na Polônia, eles tinham liberdade para saírem juntos. Esse estranhamento pode ter origem no fato de que os poloneses que imigraram ao Brasil na década de 1910 mudaram seus costumes e normas, adaptando-se ao novo contexto e recriando suas normas. Por isso, aqueles que imigraram depois, como é o caso de Krystyna e sua família, contam que estranhavam certos costumes daqueles que já estavam no Brasil.

Por meio das relações de poder estabelecidas entre pais e filhos, se pode entender que o poder não é uma instância exclusiva do âmbito estatal e não deve ser entendido apenas como uma concepção totalizante. O poder age de forma descentralizada, por múltiplos mecanismos, se estabelecendo em todos os lugares e em todas as relações humanas, como uma força que visa conduzir a conduta do outro, transformá-lo, exercer um tipo de dominação sobre ele.

Quero dizer que, nas relações humanas, quaisquer que sejam elas – quer que se trate de comunicar verbalmente, como o fazemos agora, ou se trate de relações amorosas, institucionais ou econômicas – o poder está sempre presente: quero dizer, a relação em que cada um procura dirigir a conduta do outro. São, portanto, relações que se podem encontrar em diferentes níveis, sob diferentes formas. (FOUCAULT, 2006, p. 276).

Há um jogo de forças desigual, relativamente estável e ao mesmo tempo mutável, entre pais e filhos, entre homens e mulheres. São essas as relações de poder, que estão presentes em toda a vida cotidiana, perpassando os corpos, a sexualidade, a família, as atitudes.

Ainda sobre o poder, este não pode ser pensado apenas enquanto instância repressiva, que proíbe ou impõe um limite. O poder é uma forma de produzir a sexualidade, o prazer, o discurso; uma forma de classificar os indivíduos em categorias, de impor-lhes uma verdade, de ligá-los a uma identidade⁸⁴. Então o poder não é só o que opõem os indivíduos, mas o que eles mesmos internalizam e aceitam para se constituir enquanto sujeitos. Em outras palavras, o poder não é apenas uma instância externa que pressiona o sujeito a subordinar-se, mas algo que assume uma forma psíquica, que vai compondo a identidade, de maneira que os discursos reguladores que constituem os sujeitos são os mesmos que produzem sua própria sujeição.

⁸³ VAZ, Krystyna Altmajer. Entrevista oral realizada em 22 mar. 2017.

⁸⁴ FOUCAULT, 2014 (a), p. 123.

2.4. A escolha dos pretendentes e o que esperar dos homens e mulheres

Mesmo na hora de escolher os pretendentes, a família exercia um papel fundamental na comunidade polono-brasileira, na medida em que a escolha dos pais prevaleceu sobre o desejo dos filhos até meados da década de 1950⁸⁵. Miguelina conta que os pais do rapaz vinham até a casa da moça, onde acordavam o casamento, escolhiam uma data e planejavam a cerimônia⁸⁶. Cada família ficava responsável por conceder um dote, a fim de ajudar o casal a iniciar a vida conjugal. Esse dote geralmente era uma colônia ou animais de criação, como vacas e porcos. Entre o acordo dos pais e o dia do casamento, as moças se dedicavam a fazer seu enxoval, que era composto por toalhas de cozinha, lençóis, cobertores, pratos, talheres e demais utensílios.

Canal e Wenczenovicz mostram que o dote dependia da condição financeira da família. Entre a primeira geração de imigrantes, era raro que uma filha recebesse lotes de terra e outros bens⁸⁷. Essa situação mudou nas décadas posteriores, visto que muitas famílias conseguiram fazer com que suas propriedades prosperassem. Assim, se criou uma diferenciação entre os “colonos fortes” e “colonos fracos”, segundo a conceituação de Seyferth⁸⁸. Os primeiros eram donos de uma colônia padrão, de 25 hectares, e trabalhavam somente na unidade produtiva da família. Os segundos tinham colônias menores e, além disso, eram levados a buscar trabalhos complementares. Não era diferente em Cotegipe, onde uns eram peões e outros podiam se dedicar apenas à sua colônia, podendo, inclusive, contratar peões assalariados. Estes últimos evitavam o parcelamento da sua propriedade, criando meios de transmissão do patrimônio que mantinham seu sistema colonial ideal. Dessa forma, essas famílias procuravam pretendentes cuja família estivesse num nível econômico semelhante e que, portanto, poderiam conceder a outra parte do dote. Em alguns casos, se descobria que um dos lados em realidade não tinha o nível financeiro esperado e, então, os pais preferiam desfazer o casamento mesmo com todos os preparativos já acordados. Miguelina se recorda de um casamento em que os noivos já até moravam juntos quando os pais desfizeram o casamento. Naquele período, ela conta, “nada se podia fazer para contestar, não se brigava com os pais, os pais eram a lei”⁸⁹.

⁸⁵ Azevedo, em seu estudo sobre o namoro, mostra que nas sociedades ocidentais burguesas havia um modelo predominante de se relacionar que era pautado pela escolha da família, pela estabilidade das instituições e pela manutenção da propriedade. Esse modelo começa a ser substituído na metade do século XIX, quando as relações passam a ter um caráter mais afetivo e a serem pautadas por uma necessidade de correspondência e pelo amor romântico, o que começa a se verificar nas cidades brasileiras já no século XIX. Ver: AZEVEDO, T. **As regras do namoro à antiga**. São Paulo: Ática, 1986, p. 8.

⁸⁶ CZAPLA, Miguelina. Entrevista oral realizada em 17 mar. 2017.

⁸⁷ CANAL, S.; WENCZENOVICZ, T., 2012, p. 51-52.

⁸⁸ SEYFERTH, G. As contradições da liberdade: análise das representações sobre a identidade camponesa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 78-95, 1992.

⁸⁹ CZAPLA, Miguelina. Entrevista oral realizada em 17 mar. 2017.

O critério de origem também tinha um grande peso para a escolha de muitas famílias. Às vezes nem era um critério muito demarcado, resoluto, pois a proximidade entre a própria comunidade polono-brasileira, tendo em vista seus vínculos de sociabilidade, suas conexões culturais, sua pertença étnica e sua língua, favorecia os enlaces entre descendentes de polonos. Contudo, a origem também assumia uma importância crucial e determinante para algumas famílias, sendo a propulsora de diversos conflitos e desavenças que às vezes perduravam por uma vida inteira. Os indivíduos tiveram vivências diversas, ora submetendo-se às imposições, ora confrontando a autoridade paterna e criando novos modelos de se estabelecer as relações, como se verá no próximo capítulo.

Tomacheski ainda pontua que a escolha dos pretendentes entre os polono-brasileiros era influenciada pela reputação da família dos noivos na comunidade⁹⁰. O autor utiliza o conceito de “Nasienie” para explicar essa reputação, que era uma espécie de currículo que cada família carregava, e que era um elemento determinante para a escolha dos pretendentes. Famílias que tinham casos de gravidez antes do casamento, traição, prostituição, incesto, falta de inclinação ao trabalho ou alcoolismo eram evitadas, porque tinham seu “Nasienie” manchado e podiam transmitir tais comportamentos para as gerações posteriores. Dessa forma, se percebe que os casos de transgressão atingiam a reputação não só do indivíduo, como da sua família.

A escolha dos pretendentes também dependia do quanto aquele indivíduo correspondia às expectativas que lhe eram atribuídas socialmente. Essas expectativas variavam de acordo com o sexo, diante do qual decorria uma série de diferenças sobre o que esperar de homens e mulheres, sobre o que se pode exigir deles, sobre como se deve tratá-los, enxergá-los e julgá-los – o que vai compondo as formas desiguais de se entender o gênero em um dado contexto histórico-cultural. Dessa forma, como definiu Scott, o gênero é a elaboração cultural sobre as diferenças supostamente naturais, anatômicas e funcionais dos sexos. Como essas diferenças estabelecem relações de poder desiguais sobre os sexos, o gênero se torna a maneira com que os indivíduos vivenciam tal assimetria⁹¹. Butler acrescenta mostrando como se dá a inscrição cultural sobre o gênero: por práticas reguladoras e pela repetição reiterada de atos, gestos e signos que impõem a inteligibilidade de gênero e a hierarquia entre o masculino e o feminino. A partir desse processo, o gênero torna-se uma norma, uma construção que impõe um sistema subjetivo de atribuições, papéis sociais, valores, crenças e discursos⁹².

⁹⁰ TOMACHESKI, op. cit., p. 175-176.

⁹¹ SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n.2, jul./dez, 1995.

⁹² BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

Entre a comunidade polono-brasileira, os papéis de gênero atribuídos ao sexo feminino estavam intrinsecamente ligados ao casamento e à maternidade. Era esperando terem chances de casar para então se tornarem mães que as mulheres pautavam sua forma de se comportar, de se vestir, de se relacionar, de exercerem sua sexualidade; se direcionando, dessa forma, aos papéis que lhes foram designadas. Conforme Beauvoir, o destino tradicionalmente imposto às mulheres é o casamento, e é por ele que as mulheres se preparam e conduzem suas ações⁹³. Por isso, o não se casar é sinônimo de frustração, de fracasso e insatisfação pessoal.

Acreditando jamais serem felizes senão se casarem, as meninas buscavam corresponder àquilo que as tornariam boas candidatas ao casamento: a condição de recatadas, comportadas, boas mães, boas esposas, boas donas de casa e católicas exemplares. A preparação para a vida familiar era concomitante a preservação da virgindade e da reputação. As meninas deveriam aprender a costurar, a cozinhar, a fazer pão, dentre outros requisitos indispensáveis. Com isso,

As meninas incorporam, sob forma de esquemas de percepção e de avaliação dificilmente acessíveis à consciência, os princípios da visão dominante que as levam a achar normal, ou mesmo natural, a ordem social tal como é, e a prever, de certo modo, o próprio destino, recusando as posições ou as carreiras de que estão sistematicamente excluídas e encaminhando-se para as que lhes são sistematicamente destinadas. (BOURDIEU, 2017, p. 133).

É assim que, para Bourdieu, se estabelece a violência simbólica, pois as mulheres incorporam e naturalizam os padrões de gênero e as estruturas que possibilitam a dominação masculina a partir de esquemas de percepção inconscientes. Porém, como se verá adiante, não somente de naturalizações é formada a subjetividade. As mulheres também rompem com os padrões e constroem diferentes possibilidades de ser mulher, de maneira que não são meras dominadas.

Os homens eram pouco exigidos em sua conduta moral e, portanto, estavam menos sujeitos ao controle familiar e aos julgamentos da comunidade. Arlete, ao recordar-se de seu cotidiano familiar, conta que havia distinções discrepantes entre o modo como o pai tratava os filhos homens. Enquanto ela e as irmãs eram submetidas a inúmeras imposições, proibições e normas, tendo até seu casamento interpelado pelo pai, que as definiu seus futuros noivos, seus irmãos tinham toda a liberdade para irem aos bailes, para namorarem, trazerem as namoradas, desfazerem as relações e constituírem outras, sem que isso causasse alguma degradação moral ou que fosse motivo para julgamentos públicos. “Eles podiam tudo, e nós nada”⁹⁴.

⁹³ BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**: a experiência vivida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016, p. 186.

⁹⁴ ODY, Arlete Baidek. Entrevista oral realizada em 21 mar. 2017.

2.5. A mulher nas relações conjugais: contradições e papéis de gênero

Uma das principais características dos papéis de gênero hegemônicos construídos sobre homens e mulheres das sociedades ocidentais refere-se à restrição da mulher à maternidade e aos cuidados com o lar, o marido e os filhos. Enquanto isso, o homem se constituiu como o provedor da família, na medida em que era responsável pelo trabalho produtivo e econômico. Tal distinção não se verificava nas comunidades rurais de imigração polonesa, onde todos os integrantes da família deveriam contribuir para as atividades produtivas, que estavam ligadas à agricultura e à criação de animais. A mulher, longe de ser o “sexo frágil”, era responsável até pelas tarefas mais pesadas, trabalhando da mesma forma que seus maridos.

Entretanto, a participação de homens e mulheres nos trabalhos agrícolas estava longe de significar uma maior igualdade nas relações de gênero; significava mais uma sobrecarga para a mulher, que, além do trabalho na roça, ainda era responsável pelas tarefas da casa.

[...] a mulher ia pra roça colher trigo, fazia tudo, aí voltava de lá, o homem sentava no sofá, daí ele tava cansado, aí vinha o filho com uma gamela, que era uma bacia de madeira que tinha antigamente, com água quente pra ele botar os pés de molho, e a mulher preparava ligeiro uma caipirinha, botava do lado dele, porque ele tava cansado... Ela atendia os filhos ligeiro, fazia a janta, dava comida pras vaca, ia tirar o leite, e depois ainda vinha com o chimarrão porque coitado do homem cansado.

Krystyna se recorda que a mãe estranhava muito os costumes das famílias polono-brasileiras. Ela diz que, aqui, jamais um homem levantava da mesa, levava uma xícara para a pia, lavava uma louça, pois era o fim da masculinidade dele. Sua mãe falava que trabalho não tem sexo e faz quem estiver disponível. Nesta narrativa, a Polônia é vista como um espaço onde a mulher era tratada com mais respeito, onde as relações de gênero tendiam a uma maior equiparação no âmbito privado⁹⁵.

Ainda que homens e mulheres estivessem imbricados na unidade produtiva familiar, os homens tinham muito mais possibilidades fora de casa. O espaço das mulheres era somente o espaço da casa, da lavoura, da Igreja; no máximo, da escola. Sabina conta que gostava muito de ir à escola, onde lecionava um professor polonês. Quando sua irmã se casou, ela ficou com os cuidados da casa. Tinha 13 anos quando deixou os estudos para cuidar das tarefas de casa, obrigada pelo pai, que dizia: “Mulher não precisa estudar! Estudo pra que pra mulher?”⁹⁶.

⁹⁵ VAZ, Krystyna Altmajer. Entrevista oral realizada em 22 mar. 2017.

⁹⁶ MACIAK, Sabina. Entrevista oral realizada em 17 mar. 2017.

Assim, o trabalho que a mulher executa no interior do lar não lhe confere autonomia; não é diretamente útil à coletividade, não desemboca no futuro, não produz nada. Só adquire seu sentido e sua dignidade se é integrado a existências que se ultrapassam para a sociedade, na produção ou na ação; isso significa que, longe de libertar a matrona, esse trabalho a coloca na dependência do marido e dos filhos; é através deles que ela se justifica: em suas vidas ela é apenas uma mediação inessencial. (BEAUVOIR, 2016, p. 235).

Restrita aos trabalhos domésticos e agrícolas, a mulher, como discorre Beauvoir, executa um trabalho que não lhe confere autonomia, nem mesmo é útil à coletividade, significando apenas mais uma estrutura de dependência em relação aos filhos e ao marido. Enquanto isso, muitas outras possibilidades se abriam aos homens, que além de poderem exercer as mais diferentes atividades, tinham toda a liberdade para frequentarem os espaços públicos. Como se recorda Miguelina: “A mulher não andava sozinha, ia no máximo até o primeiro vizinho... O homem ia nos compadres, ia nas bodegas, jogava baralho, bebia. Às vezes bebiam tanto que voltavam agressivos, eram muito brutos, aí batiam na mulher, nos filhos”⁹⁷.

Miguelina aponta outra questão que fazia parte da realidade de muitas mulheres polono-brasileiras: a agressão física que sofriam de seus maridos. Alguns entrevistados contam que as famílias polonesas viam a mulher como o seu bastião, como o mais importante alicerce sem o qual não poderia existir família. A mulher era então símbolo de autoridade, de firmeza, força, e, sendo ela a responsável pela gestação, era alguém intocável, que jamais podia ser agredida ou violada⁹⁸. Porém, esse modelo contradiz outros relatos e fontes que mostram uma realidade bem diferente dessa, na qual episódios de agressão e violência eram uma constante no dia a dia familiar. Além dos relatos, muitos processos-crimes também mostram essa mesma realidade, como mostram os diversos processos de lesões corporais que ocorreram nas comunidades de imigração, no interior das famílias polono-brasileiras, por motivos de ciúmes ou embriaguez, que faziam parte do cotidiano de muitas mulheres.

Tabela 2 – Processos-crime sobre casos de agressões corporais analisados

Número	Ano	Crime
1579	1942	Lesões corporais
1642	1943	Lesões corporais
1650	1943	Lesões corporais
1719	1943	Lesões corporais
1761	1943	Lesões corporais
1772	1943	Lesões corporais
1776	1943	Lesões corporais

Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)

⁹⁷ CZAPLA, Miguelina. Entrevista oral realizada em 17 mar. 2017.

⁹⁸ HORSZCZARUK, Vitória. Entrevista oral realizada em 22 fev. 2016.

Ao deporem, as mulheres mostram que eram agredidas constantemente. No processo-crime 1772, o indiciado é acusado por espancar a esposa, que era ameaçada de morte diversas vezes. O acusado foi condenado a seis meses de prisão, mas pagou fiança e foi absolvido. No processo 1776, outro marido é indiciado por espancar a esposa, que sofria violências físicas constantes, como mostram as testemunhas. O marido foi condenado a seis meses de detenção, mas, como primário, foi solto. No processo 1579, o réu chegou em casa e não encontrou sua esposa, que, encontrada na sociedade recreativa da localidade, foi espancada lá mesmo. O réu foi condenado a pena de grau máximo – um ano –, mas teve sua pena suspensa dentro de um mês. Outros processos se referem a outros tipos de relações não conjugais. No processo 1719, o indiciado é acusado de desferir uma facada em uma moça que lhe recusou a dança.

Esses processos são apenas uma pequena amostra de um curto intervalo de tempo, mas já revelam muito de como era o cotidiano de diversas mulheres, e de como os homens eram legitimados a exercerem uma dominação que lhes concedia um direito subjetivo de agredi-las ou violentá-las sem que isso causasse grandes consequências perante a sociedade ou a justiça.

No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio [...] a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência. (SAFFIOTI, 2001, p. 115).

Como mostra Saffioti, os homens recebem uma legitimação social para exercerem a violência sobre as mulheres; violência que só existe dentro da estrutura, pelas normas que constituem a sociedade. Ainda que fosse difícil dessas mulheres se desligarem das relações que as oprimem e dos discursos que as tornam dependentes, não se pode tomá-las como passivas ou incapazes de se defender. As mulheres criam estratégias, agem e reagem, sendo a própria denúncia uma forma de reação à dominação⁹⁹.

⁹⁹ SAFFIOTI, H. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, nº 16, p. 115-136, 2001.

CAPÍTULO 3:

DEVIR-MULHER, LINHAS DE FUGA E AS OUTRAS SUBJETIVIDADES

3.1. Estratificações dominantes x processos de singularização

Para Guattari, a subjetividade é fabricada, modelada, recebida; tem natureza maquínica, pois é produzida com as estruturas familiares, sociais e culturais, que enraízam os sujeitos e moldam seus comportamentos, sua percepção de mundo, sua forma de sentir, de pensar, agir, se relacionar, amar¹⁰⁰. A produção de subjetividade advém de estruturas homogeneizantes que equiparam os sujeitos a compactuar com as formações dominantes de forma inconsciente, de forma a corresponder e a se adaptar aos papéis sociais que lhes são atribuídos. O indivíduo então está na encruzilhada de múltiplas determinações coletivas, que, como as instâncias do gênero, vão sendo projetadas na realidade do mundo e em sua realidade psíquica, incidindo na sua relação com o mundo e consigo mesmo.

É assim que Guattari e Deleuze vão construir a ideia de que a subjetividade é composta por diferentes linhas de segmentaridade¹⁰¹, dentre as quais estão as de segmentaridade dura, que é característica dos grandes conjuntos molares, dos estratos, das dualidades que limitam e que regem a sociedade, estipulando que ou o sujeito é rico ou pobre, ou o sujeito é louco ou são, ou o sujeito é dominante ou dominado. São essas linhas que estabelecem os papéis sociais dos indivíduos, que estabelecem seus rótulos, suas identidades que, somente na aparência, terão a configuração rígida e definitiva. As linhas duras agem por formas de controle, normatização, enquadramento; buscam manter a ordem e evitar todo o inadequado, todo o desvio à norma.

Mesmo assim, o sujeito sempre tem espaço para além dos estratos englobantes, podendo enveredar por linhas de segmentaridade maleável e por linhas de fuga. As de segmentaridade maleável permitem pequenas desestratificações, permitem que o sujeito se desafixe da rigidez dos estratos, dando possibilidade ao desejo criar novas relações ou formas de vida. As linhas maleáveis representam impulsos e rachaduras dentro dos estratos, mas diferem das linhas de fuga, que são grandes rupturas, desestratificações absolutas, que promovem mudanças bruscas e imprevisíveis. As linhas de fuga não obedecem a um modelo, elas precisam ser inventadas na experiência dos sujeitos. Podendo enveredar por essas linhas de fuga, o sujeito está em um constante processo de construção e desconstrução.

¹⁰⁰ GUATTARI, F. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 33.

¹⁰¹ DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia, vol. 3. São Paulo: Editora 34, 2012.

Dessa forma, a subjetividade oscila entre um extremo no qual o indivíduo se sujeita aos modos de subjetivação dominantes tal como ele os recebe, por uma relação de normatização e alienação, e outro extremo no qual ele se reapropria dos elementos da subjetividade por um processo criador – constituindo o que Guattari chama de singularidade¹⁰². Os processos de singularização frustram as normatividades impostas no social e frustram seus mecanismos de interiorização e enquadramento, pois questionam a vida cotidiana, constituírem diferentes possibilidades de existência, criam seus próprios modos de referência, abrem brechas dentro do sistema de subjetividade dominante. A singularização então produz micro-revoluções, ou revoluções moleculares que operam no nível da micropolítica.

Transpondo essa discussão para a comunidade estudada, os sujeitos estavam permeados por mecanismos de normatização, de controle, de cerceamento das subjetividades possíveis, o que fazia com que o “outro” assumisse um lugar à margem das convenções instituídas. Esse “outro” é a mulher que engravida antes do casamento, é a mulher que nem quer constituir um casamento, é a mulher que resolve abortar, é a mulher que decide divorciar-se, é a mulher que enfrenta a autoridade paterna para constituir suas próprias relações e devires, dentre inúmeros “outros” que se estabelecem mesmo em um contexto em que suas existências eram cerceadas pelos mecanismos de controle e dominação impostos pela família e pelo masculino. Essas são vivências experienciadas na trajetória de diversas mulheres, entretanto, são vivências que elas não necessariamente optam por enfrentar, mas que são levadas a criar e experimentar.

Assim, as complexas experiências que as mulheres vivenciam não podem ser entendidas apenas enquanto dominação e repressão. Em outras palavras, não basta constatar que há uma dominação masculina, um controle familiar ou um código de moralidade que normatizam as subjetividades femininas. É necessário que, para além dos modos de subjetivação dominantes, se pense nas inúmeras maneiras de subversão a este sistema, nos múltiplos modos com que as mulheres recebem essa dominação, se constituem como sujeitas, se posicionam nas relações e criam possibilidades outras de existência. Quando se enfoca os mecanismos de normatização, de controle, modelização e dominação, se faz com que as maiorias feitas minorias ganhem identidades redutoras da complexidade de suas existências. Existir não é somente incorporar discursos e práticas hegemônicas, mas um eterno processo de construção em meio a encontros e enfrentamentos; um processo que torna o sujeito um efeito de múltiplas redes de poder, mas também de muitos pontos de atravessamento, de muitas linhas de fuga e modos de resistência, fazendo da subjetividade um devir, um processo sempre inacabado.

¹⁰² GUATTARI, 2011, p. 42.

Foucault, na mesma via, afirmava: onde há poder há resistência. A subjetividade, para o autor, é regida por mecanismos de poder e dominação, mas, ainda assim, o sujeito tem espaço para além das forças coercitivas, dos jogos de verdade, das epistemologias e dos dispositivos que instituem como pensar, como agir, como exercer a sexualidade, como se relacionar. Esse espaço é aberto pelo próprio sujeito, a partir de suas lutas, de suas resistências, seus desvios e suas experiências singulares que abrem um campo de possibilidades para a sua atuação. Logo, diante de um aparato uniformizante ou uma ordem hegemônica, há sempre a possibilidade de transformar a situação, senão tudo seria uma questão de obediência e os sujeitos nada mais fariam do que corresponder às normas lhes impostas¹⁰³; e, na realidade, não é isso que ocorre, como mostram as múltiplas experiências, devires e rotas de fugas vivenciadas pelas mulheres.

Enveredando por linhas de fuga, as mulheres colocam em xeque os papéis sociais que lhes são atribuídos e as configurações de gênero hegemônicas. Elas tornam possível múltiplas formas de existência, forçando os limites de inteligibilidade cultural que ordenam a sociedade através de um processo criador, de uma estilização da vida, que, como diria Foucault, toma a vida como obra de arte, a fim de transformar-se a si mesmo, transformar o seu próprio modo de ser e viver no mundo¹⁰⁴. Essa criação não ecoa apenas em sua trajetória singular, mas cria condições para uma vida coletiva, na medida em que contamina o corpo social como um vírus que vai se multiplicando e minando o socialmente hegemônico¹⁰⁵. Devir-mulher então nunca é apenas conformar-se a um modelo e corresponder a ele, mas é quando outras formas de sentir, experimentar e viver atravessam a subjetividade, tornando a vida uma possibilidade, não uma determinação.

Este capítulo se destina a pensar essas trajetórias, esses devires, esses outros modos de vida que as mulheres polono-brasileiras foram levadas a experimentar mesmo que estivessem permeadas por tantas redes de poder, tantas normatividades compulsórias e tantos códigos de moralidade. As possibilidades que essas mulheres abriram surgem em um contexto específico, em um contexto em que houve um profundo inter-relacionamento entre a sociedade nacional e as diversas etnias, assim como destas etnias entre si, o que teve repercussões nas dinâmicas sociais, culturais e familiares da comunidade polono-brasileira. Esse processo ficou evidente a partir da década de 1940, quando as gerações mais novas parecem absorver e constituir outras formas de pensar e agir no mundo. É deste período que remetem essas trajetórias, que, longe de serem uma aleatoriedade em meio ao tempo, são fruto de circunstâncias históricas.

¹⁰³ FOUCAULT, 2014 (a), p. 256-257.

¹⁰⁴ FOUCAULT, M. **História da sexualidade 2**: o uso dos prazeres. São Paulo: Paz e terra, 2014 (b), p. 34-38.

¹⁰⁵ GUATTARI, 2011, p. 55.

3.2. “Casamento arranjado? Comigo não”

Era final da década de 1950 quando Leocádia se casava apanhando de sua mãe. O rapaz com quem iria se casar era um polonês conhecido na comunidade; ferreiro, “tinha profissão”, como falavam as pessoas. Era um homem a se admirar num mundo de pequenos agricultores quaisquer, sem importância, sem reconhecimento, “sem profissão”. Entre paparicos e agrados, foi conquistando a mãe de Leocádia. Aos seus olhos, era um excelente pretendente para sua filha, Leocádia, que chegara há pouco à idade do casamento. Mas bebia. E bebia muito. Nada tinha a ver com Leocádia, nada nele agradava Leocádia – o modo de ser, as bebidas rotineiras, o modo com que humilhava as pessoas. Foram oito meses namorando, oito meses chorando, até que chegou o dia do casamento. Era 6h30min da manhã quando ela e o irmão chegavam à Igreja para fazer a confissão. No caminho, Leocádia só pensava na possibilidade de o cavalo a derrubar para que pudesse morrer. Fez de tudo para que ele a deixasse, a trocasse por outra menina, mas nada funcionou. A mãe, que assumiu as responsabilidades do pai depois que este faleceu, batia nela toda a vez que tentava se livrar de seu futuro esposo. E casaram. Casaram porque Leocádia foi obrigada a casar¹⁰⁶.

Entre o dever obediência à mãe e o enfrentamento a essa mãe, que então representava a autoridade familiar, Leocádia foi se constituindo. Sua trajetória é apenas uma em um universo de muitas outras que tencionavam os valores constituídos, tencionavam a instituição familiar, tencionavam os padrões que definiam com quem iriam se casar ou se ao menos iriam se casar, e que, assim, limitavam suas existências e as suas possibilidades diante da vida. Mesmo que as tentativas de Leocádia não tenham funcionado nesse primeiro momento, pois não conseguiu se desvencilhar do casamento, suas estratégias foram importantes para questionar o modo com que os casamentos eram formados e as normas que regiam o social, abrindo brechas para que as relações afetivas pudessem ser pensadas de uma nova maneira, criando possibilidades para que as escolhas das mulheres e dos jovens ganhassem mais espaço. Se antes era inconcebível questionar a autoridade familiar, se antes a aceitação era a única saída, essas trajetórias abrem uma brecha nesse sistema, abrem horizontes de possibilidade, mostram que, quando se trata de constituir o seu devir, a sua própria vida, é o desejo que deve poder fluir, é a liberdade, e não os padrões que aprisionam.

Outros relatos também apontam para uma mesma realidade, um mesmo confronto, uma mesma vontade de traçar a vida com liberdade. Como conta Arlete¹⁰⁷:

¹⁰⁶ MARTIN, Leocádia. Entrevista oral realizada em 14 mar. 2017.

¹⁰⁷ ODY, Arlete Baidek. Entrevista oral realizada em 23 fev. 2016.

O meu pai queria que eu casasse com polonês... A minha irmã, a mais velha, casou com polonês porque tinha que casar com polonês... E você acredita que ele tinha comprado até o véu, o rendão pra fazer o véu de casamento, e dizia “não, porque você vai casar, porque ele é bom, é trabalhador, é de uma família boa, de poloneses, eu conheço a família”... Mas eu nem conhecia ele [...] eu sempre fui ligada pra ajuda na Igreja, aí uma vez eu vi um rapaz passando... A gente se envolveu na Igreja, nas atividades, ele era da diretoria... Quando eu firmei o namoro com ele eu vim pra casa e disse “eu agora to arrumando um marido pra mim, e eu não quero que vocês se metam”... Aí disseram “mas ele é polonês?”, [e ela disse] “mas longe dos polaco, não tem nada, ele é alemão puro, e vocês não metem o bico, que esse é pra mim, não pra vocês”... E os outros se metiam porque eles tiveram que casar com polonês e como é que a Arlete pode? (risos).

Arlete conta que achava as famílias polonesas muito rígidas. Já era década de 1970 quando o pai insistia em intervir no casamento das filhas e nas suas relações afetivas. Mas muito havia mudado na comunidade, e mudaria cada vez mais, com essas atuações sutis, produzidas em micro relações de poder, que questionavam as normas, os limites, as repressões. Dessa forma, o pai de Arlete jamais conseguiria impor a autoridade que se propunha, a autoridade que viveu na juventude, uma autoridade familiar patriarcal, baseada nos casamentos arranjados, na irrelevância dos desejos, dos afetos, da reciprocidade¹⁰⁸. O modelo de família fundado pelo amor romântico começava a ganhar cada vez mais espaço diante dos enfrentamentos travados pelos indivíduos, abrindo um campo de possibilidades do indivíduo diante da vida.

Assim também ocorreu em outros relatos, com outras mulheres e com outras estratégias. S., em meados da década de 1960, tentava convencer os pais de que o moço com quem havia escolhido se casar era um bom pretendente. Mas nenhum argumento parecia convencer seus pais. O noivo era pobre; nem sequer sua família era uma família: a mãe, uma divorciada, criava os dois filhos sozinha, sustentando-os com o seu trabalho como cozinheira do colégio. Nessas condições, este jamais poderia ser um bom pretendente para os pais de S.; mas era o noivo que S. havia escolhido para ela, com quem de fato se casou, após optarem pela fuga de S. da casa de seus pais. S. fugiu, se mudou com o então marido para outro distrito, onde empregou-se como doméstica e lavadora de roupas. Ninguém foi ao seu casamento. Seus pais só a perdoaram quando estavam por morrer, muitos anos depois¹⁰⁹.

¹⁰⁸ Roudinesco mostra que a instituição família era submetida à autoridade patriarcal, repousando em uma ordem do mundo imutável até o século XVIII. Esse modelo pouco levava em consideração a vida sexual e afetiva dos jovens, que, unidos compulsoriamente pelos pais, casavam muito cedo. Somente no final do século XVIII que outra lógica familiar vai se impor, uma lógica baseada no amor romântico, que tenciona os antigos casamentos arranjados. Ver: ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

¹⁰⁹ CZAPLA, Miguelina. Entrevista oral realizada em 17 mar. 2017.

As fugas aparecem nos processos judiciais como crime de rapto, que consistia em raptar mulher honesta sem o consentimento da mesma ou então raptar uma maior de quatorze anos e menor de vinte¹¹⁰. Canal e Wenczenovicz, que analisaram processos de rapto entre poloneses, mostram que esse crime era uma estratégia dos jovens contra as proibições dos seus pais às suas relações. Assim aconteceu com Idalina, cujas ameaças de seu pai, os maus-tratos e as proibições não impediram que ela e Antônio fugissem para ficar juntos. Na fuga, Antônio teria deflorado Idalina, e, com a confirmação do desvirginamento pelo médico legal, o pai teve que consentir com o casamento, senão teria uma filha desonrada e ainda solteira¹¹¹.

As autoras mostram que, embora o preconceito étnico não estivesse declarado, nesses casos que analisaram, os rapazes eram caracterizados como caboclos, motivo pelo qual a família das jovens teria recusado o casamento. Nas fontes orais a origem étnica também aparece de modo muito frequente como sendo o motivo da recusa. No relato de Leocádia, por exemplo, ela conta que houve duas jovens de sua família que namoravam descendentes de alemães e os pais eram fortemente contrários. Porém, nada puderam fazer quando as jovens resolveram fugir com seus namorados. A etnicidade era então uma questão primordial entre as famílias polono-brasileiras, que resistiram aos casamentos interétnicos por muitos anos.

3.3. Fissuras de uma verdade inevitável: a separação e as revoluções sutis

A instituição social do casamento é um elemento constitutivo do “ser mulher” e, como mostra Swain, é o lócus ideal do feminino, onde a mulher deve ser confinada em seus papéis de esposa, mãe e dona de casa¹¹². A mulher só tem sua existência justificada pelo casamento e pela maternidade, que são tomados como verdades inevitáveis na vida da maior parte das mulheres, que necessariamente devem visar o matrimônio e corresponder aos padrões esperados delas. São poucas as suas oportunidades fora do casamento, e, uma vez casadas, se separar significava voltar à casa dos pais, significava ter a moral degredada socialmente, significava ser discriminada, condenada. Com isso, as mulheres muitas vezes se submetiam às condições que se apresentavam no casamento e às condições impostas pelos maridos, tão difíceis de suportar quanto de enfrentar.

¹¹⁰ BRASIL. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal, Rio de Janeiro, 1940. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

¹¹¹ CANAL, S.; WENCZENOVICZ, T., 2012, p. 91.

¹¹² SWAIN, T. A invenção do corpo feminino ou “a hora e a vez do nomadismo identitário?”. **Textos de História**, vol. 8, nº 1/2, 2000, p. 54.

De qualquer forma, viver a vida e a maternidade independente foi uma decisão tomada por muitas mulheres diante das experiências que foram levadas. A separação modificava os laços de dependência entre a mulher e a instituição do casamento¹¹³. Também modificava a sua relação com a própria autoimagem, modificava sua necessidade de correspondência aos papéis que lhe eram impostos, modificava sua função no social e para si mesma, fazendo com que a vida tivesse que ser inventada; uma invenção que se dava a partir de novas referências, o que significava viver a vida permeada pela mácula social e pela discriminação até a década de 1950, mas também pela liberdade, pelo embate aos padrões que aprisionam e às violências que marcam. Não é à toa que muitas das viúvas da comunidade decidiam jamais se casar após a morte do marido, “porque não queria outro traste, não queria outro marido ruim, que bebia, batia na mulher, trazia quenga”¹¹⁴. Sejam as divorciadas, sejam as viúvas, muitas mulheres preferiam reconstruir suas vidas longe da figura masculina, traçando novas possibilidades de existência, constituindo novas configurações familiares e produzindo micro revoluções.

Assim escolheu Leocádia, a mesma Leocádia que casou apanhando, que casou obrigada e que sofreu muito com esse casamento. Leocádia, assim como a maioria das mulheres, sentia a sobrecarga diária pelas tarefas com a lavoura, a casa e os filhos; enquanto o marido passava o dia na bodega. Voltava bêbado, violento, agressivo. Ela pegava as filhas e ia rezar o terço, até que um dia quase foi degolada. Decidiu nunca mais submeter-se às agressões. Decidiu separar-se, reconstruir a vida com suas filhas, passar por cima dos comentários alheios e das dificuldades que enfrentaria. Ganhava a vida como cuidadora de doentes, cozinheira e faxineira da Igreja, que passou a lhe apoiar mesmo sendo mãe solteira, afinal, todos sabiam das dificuldades que passava, e, assim, lhe aceitaram, segundo ela conta. Leocádia então criou suas filhas sozinha, constituindo um novo modelo de família longe da figura masculina¹¹⁵.

Sabina trouxe um exemplo semelhante em sua narrativa, ao contar a vida da mãe de seu marido, que vivia com o marido e seus dois filhos até que um dia sua casa incendiou e o fogo acabou pegando no marido. Depois disso, o marido deixou de trabalhar, ficou agressivo, “começou a ficar ruim pra ela”. Ela se separou do marido e foi embora de São Valentim, onde vivia, para construir uma nova vida em Cotegipe. Empregou-se como cozinheira no colégio das irmãs vicentinas, e também recebeu o amparo da Igreja. Com o dinheiro que guardou com o trabalho, conseguiu comprar meia colônia e sustentar sua família¹¹⁶.

¹¹³ SWAIN, 2000, p. 56.

¹¹⁴ CZAPLA, Miguelina. Entrevista oral realizada em 17 mar. 2017.

¹¹⁵ MARTIN, Leocádia. Entrevista oral realizada em 14 mar. 2017.

¹¹⁶ MACIAK, Sabina. Entrevista oral realizada em 17 mar. 2017.

Os processos-crime também demonstram outros exemplos de mulheres que construíram outras possibilidades de vida longe de seus maridos. Carolina, a mulher espancada em plena sociedade recreativa da localidade, na frente de todos os presentes, é outra mulher a se separar do marido agressor. Não se tratava de um episódio isolado, era uma dentre as tantas agressões que Carolina sofria de seu marido. Assim, entrou com uma ação de desquite, como mostra o processo judicial que abriu contra o marido (1579). Em outro processo (1776), é a polonesa Wladislava que recorre à justiça para denunciar as agressões. Ela se separou do marido de modo informal e continuava a conviver com ele no mesmo lote. A separação informal não era suficiente para impedir as agressões, motivo pelo qual muitas mulheres decidiam se mudar para longe, indo reconstruir suas vidas em outras cidades ou distritos.

3.4. Onde a desonra não tem vez: práticas abortivas e infanticídio

Em uma sociedade onde as desonradas não têm vez, não têm voz, não têm lugar nem na família, nem na comunidade, nem no casamento, o aborto torna-se uma escolha. Uma escolha não meramente pontual, atípica, mas praticada por muitas mulheres das mais variadas formas. Nesse sentido, a própria sociedade produz o aborto, pois cria as condições para que o aborto seja necessário, uma vez que exclui as mulheres que engravidam antes do casamento, as pune, as tira da possibilidade tanto de casarem quanto de serem mães solteiras, submetendo-as a toda sorte de condenação moral, de julgamento, de detração e comentários alheios. Com isso, tiveram que recorrer às práticas abortivas muitas das meninas que engravidavam antes do casamento, cujos namorados nem sequer assumiam a paternidade e ainda fugiam da cidade. O aborto foi então uma realidade na vida dessas mulheres, uma prática que representava a única saída que tinham de serem reintegradas à sociedade.

Embora muitas delas tenham dado um fim na gravidez por conta própria, empregando seus próprios métodos, a maioria das mulheres que optavam pelo aborto recorria às parteiras, que mantinham os conhecimentos empíricos sobre técnicas para fazer abortar, como os chás abortivos e outras práticas¹¹⁷. Joana Maria Pedro, em sua pesquisa sobre práticas abortivas em Florianópolis, na primeira década do século XX, mostra que o saber sobre essas práticas era um saber transmitido de mulher para mulher, sendo mantido na cultura local com o passar das gerações¹¹⁸. Segundo ela, a prática do aborto, tão antiga e popular, foi sendo criminalizada no

¹¹⁷ MARTIN, Leocádia. Entrevista oral realizada em 14 mar. 2017.

¹¹⁸ PEDRO, J. A publicidade da intimidade: punição e controle. In: PEDRO, J; GROSSI, M. **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

decorrer do século XX, uma criminalização que se ancorou no saber médico científico e nos poderes estatais que regulamentaram a vida privada dos indivíduos. Nesse período, houve um aumento do controle sobre o corpo feminino, um aumento da sua investigação e punição.

É nesse contexto que se encaixa o processo (1393) de Olga, uma parteira licenciada que é denunciada por aborto criminoso no ano de 1939. Olga é descrita como polonesa, natural da Rússia, de 56 anos, que atendia as mulheres de José Bonifácio e das comunidades ao redor. Olga foi denunciada pelo aborto de Augusta, uma ítalo-brasileira de 40 anos, viúva, residente em Floresta, que a procurou para realizar um aborto. No entanto, no caminho de volta para casa, Augusta falece. Pelo exame de corpo delito, o médico constata que a morte foi causada por uma perfuração traumática do útero, “resultante possivelmente de manobras abortivas”. Durante a investigação, são encontrados, na casa de Olga, instrumentos para provocar abortos, livros, remédios e ainda um feto, que a polícia acha ser da vítima. Olga é condenada a três anos de prisão, cumprindo a pena em Porto Alegre, no Reformatório de Mulheres Criminosas.

Por meio do processo-crime de Olga, se percebe que o aborto era uma prática realizada não somente por mulheres jovens, que haviam engravidado antes do casamento, mas também por mulheres já adultas, que pelas circunstâncias da vida foram levadas a optarem pelo aborto. Assim ocorreu com muitas mulheres casadas que já haviam tido muitos filhos, tendo em vista que os métodos contraceptivos eram um tabu e que, de acordo com a Igreja, o casal tinha que “receber quantos filhos vier”¹¹⁹. Essas mulheres ficavam numa encruzilhada, pois não podiam usar nenhum método contraceptivo, e, ao mesmo tempo, não tinham condições de sustentar mais um filho na família, que na maioria das vezes já era numerosa¹²⁰. Ao optar pelo aborto, a mulher, que só tem seu corpo inteligível como mãe, quem tem esse corpo normatizado por discursos e mecanismos reguladores que instituem a maternidade como único sentido e único fim do ser mulher¹²¹, transgride todo um sistema de significação, transgride a noção tão naturalizada de instinto materno, que traduz, no senso comum, o que é a “verdadeira mulher”.

Além disso, a mesma fonte criminal demonstra um processo que vinha se desdobrando entre o século XIX e o século XX, um processo no qual se intensificou o controle ao corpo feminino, se desqualificou um saber que era mantido na cultura local por gerações e gerações, se criminalizou uma prática costumeira, que, apesar disso, a justiça jamais conseguiria evitar. Esse processo pode ser visto à medida que são desenvolvidas as prescrições legislativas, que

¹¹⁹ GROCH, Maria Vanda Krepinski. Entrevista oral realizada em 14 mar. 2017.

¹²⁰ Wenczenowicz, ao estudar as práticas relativas ao corpo feminino entre os poloneses de Áurea, mostra que a maior parte das mulheres que buscavam as parteiras para fins abortivos eram mulheres casadas que apontavam que mais um filho traria dificuldades à manutenção econômica familiar. Ver: WENCZENOVICZ, 2007, p. 182.

¹²¹ SWAIN, 2000.

vão enrijecendo as punições e o controle ao aborto. De acordo com o Código de 1830, a gestante que provocasse o aborto não era punida, era punida a pessoa que realizava o aborto em outra. Há uma mudança no Código de 1890, quando tanto a pessoa que realiza o aborto na gestante é punida como a própria gestante, podendo chegar a uma condenação de 24 anos¹²².

Como o aborto nem sempre funcionava, obrigando a mulher a levar a gravidez adiante, uma alternativa era recorrer ao infanticídio. Assim aconteceu com M., que engravidou de um rapaz que fugiu logo quando soube que ela engravidara. O parto foi realizado pela avó, que colocou a criança numa cesta e a abandonou em um mato, nas proximidades da localidade. Porém, a avó esqueceu-se de tirar o pano que enrolava a criança, que foi reconhecida por um transeunte, deixando todos na comunidade a par do ocorrido¹²³. O infanticídio é outra prática que transgride as prescrições do que é ser mulher, mas de uma maneira muito mais chocante, que é entendida como uma prática cruel, pois é realizada com uma criança já formada, e não um feto, o que desnaturaliza qualquer instinto materno pretensamente natural.

3.5. No limiar da infâmia: a *kurwa*¹²⁴ e a prostituição polaca

Durante o período das grandes imigrações europeias para as Américas, desembarcou no Brasil uma parcela significativa de jovens mulheres que, aliciadas por caftens, imigravam com a expectativa de uma vida melhor. Muitas dessas mulheres viviam na Polônia sob condições miseráveis, em uma estrutura aldeã onde majorava a pobreza econômica e onde os indivíduos de origem judaica sofriam cotidianas perseguições antissemitas. Ao serem convencidas por familiares ou até mesmo pelos seus recém-maridos a imigrarem, vão parar no submundo da prostituição, nas grandes cidades latino-americanas, como Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Buenos Aires. As “polacas”, como ficaram conhecidas, eram prostitutas polonesas austríacas, russas ou judias, mas ficaram associadas, sobretudo, à prostituição judaica. Essas mulheres foram vítimas do tráfico de escravas brancas e, como mostra Margareth Rago¹²⁵, passavam anos tentando se libertar do bordel, do gigolô, da prostituição. Porém, não obtinham sucesso, pois ficavam submetidas à vigilância dos caftens, que, não raras as vezes, estavam associados às autoridades públicas e aos policiais.

¹²² PEDRO, 1998, p. 282-285.

¹²³ LESCHINSKI, Armando. Entrevista oral realizada em 12 mar. 2017.

¹²⁴ *Kurwa*, em polonês, significa “puta”, ou ainda, “prostituta”. Segundo os entrevistados, *kurwa* era a palavra utilizada pelos polono-brasileiros da localidade para se referir às prostitutas.

¹²⁵ RAGO, M. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 287-288.

O caso das “polacas” judaicas foi estudado por Beatriz Kushnir, que demonstrou como essas mulheres foram excluídas dos espaços de sociabilidade judaicos, foram impossibilitadas de exercerem suas convicções religiosas, foram estigmatizadas, postas à margem. Diante de todo um processo de marginalização que as submetia a todo tipo de violência e humilhação, as prostitutas judaicas construíram associações de ajuda mútua, como a Sociedade Feminina Religiosa e Beneficente Israelita (SFRBI), nas quais essas mulheres puderam constituir uma vivência comunitária e se organizar para construir seus cemitérios – já que foram proibidas de serem enterradas nos cemitérios judaicos –, manter os serviços religiosos nos dias sagrados e prestar ajuda aos doentes e idosos. De acordo com Kushnir, a criação de associações de ajuda mútua foram mecanismos de sociabilidade e solidariedade fundamentais, tanto enquanto uma estratégia para a sobrevivência dessas mulheres, como enquanto uma forma de manterem sua identidade¹²⁶.

Mesmo em Cotegipe, um pequeno distrito da então cidade de José Bonifácio (Erechim), se constituiu uma zona do meretrício. Embora não se saiba quando a prática da prostituição se estabeleceu naquele lugar, a zona estava presente no distrito desde 1940. Seus frequentadores eram homens de diferentes origens étnicas, casados ou solteiros¹²⁷, para quem a sociedade cria a necessidade da prostituição.

Porque não tem uma função procriadora, a prostituição (como as relações sexuais fora do casamento) é socialmente condenada. Ao mesmo tempo, porém, é tolerada e até mesmo estimulada nas sociedades que defendem a virgindade das meninas púberes solteiras, de um lado, mas que, de outro lado, precisam resolver as frustrações sexuais dos jovens solteiros e dos homens que se consideram mal casados ou que foram educados para jamais confundirem suas honestas esposas com amantes voluptuosas e desavergonhadas. Essas sociedades criam a necessidade de mulheres que tenham por tarefa oferecer o gozo sexual aos homens jovens solteiros e aos homens casados insatisfeitos. Inúmeros estudos têm mostrado como, na geografia das cidades (anteriores às megalópoles contemporâneas), o bordel é tão indispensável quanto a igreja, o cemitério, a cadeia e a escola, integrando-se a paisagem, ainda que significativamente localizado na fronteira da cidade, quase seu exterior. (CHAUI, 1988, p. 80).

Como mostra Chauí, a sociedade vive, contraditoriamente, entre um condenar e um tolerar e até mesmo estimular a prostituição, na medida em que esta cumpre uma função social dentro

¹²⁶ KUSHNIR, Beatriz. **Baile de máscaras**: mulheres judias e prostituição: as Polacas e suas Associações de Ajuda Mútua. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

¹²⁷ GROCH, Maria Vanda Krepinski. Entrevista oral realizada em 14 mar. 2017.

de uma lógica na qual as mulheres não podem confundir sexo com prazer, com desejo, mas onde o sexo só tem lugar na instituição social do casamento e para o fim reprodutivo. Assim, cabe à sociedade criar mecanismos para que os homens possam satisfazer suas necessidades sexuais sem que, para isso, utilizem das meninas jovens e solteiras, para quem o sexo antes do casamento significaria sua condenação moral perante a sociedade; e sem que utilizem também de suas esposas, para quem o sexo deve cumprir apenas a função reprodutiva¹²⁸.

Nesse misto de incitação e condenação, as prostitutas eram extremamente mal vistas na comunidade, eram estigmatizadas, condenadas, excluídas. Sobre elas se apoderava um regime discursivo moralizante, no qual se associou prostituição a uma série de classificações e ideias pejorativas e estereotipadas, que visavam a confinar num lugar vil, num lugar às margens do socialmente hegemônico. Pela fala dos entrevistados, se percebe que, no imaginário social, a prostituição era sinônimo de uma vida de infâmia, de uma vida vergonhosa, suja, associada a todo o tipo de doença venérea e sendo, aliás, o único lugar em que esse tipo de doença podia existir. Muitos foram os tumultos envolvendo a prostituição que marcaram a memória coletiva da comunidade. Arlete lembra que entre os polono-brasileiros, havia uma família conhecida pela prostituição. As prostitutas eram irmãs e moravam na mesma casa. Certa vez, durante o costume católico da capelinha¹²⁹, eis que a capelinha acaba indo parar na casa onde moravam essas mulheres. O ocorrido gerou um alvoroço na cidade, “foi uma encrenca entre as famílias, que meu Deus...”, conta Arlete¹³⁰. Era o início do movimento das capelinhas na comunidade. Daí em diante, nunca mais se passou a capelinha para as moradoras da dita casa; a capelinha passou a dar a volta e pulava quando chegava a casa delas. Ainda assim, essas mulheres eram católicas assíduas, não deixavam de ir à Igreja ou de exercer suas convicções religiosas, como as polacas judias estudadas por Kushnir.

Em uma sociedade regida pelos códigos morais do catolicismo, a prostituição torna-se o feminino em transgressão. Para entender tal afirmação, é preciso retornar ao lugar no qual o sexo foi confinado. Esse lugar era, unicamente, na instituição social do casamento. Contudo, não era qualquer sexo, mas um sexo cercado pelo pudor, pelos discursos moralizantes, pelos ditames católicos, que deveria visar somente à reprodução e cujo centro seria exclusivamente os órgãos genitais e o prazer masculino. Portanto, como ocorre na maior parte das relações

¹²⁸ CHAUI, Marilena. **Repressão sexual**: essa nossa desconhecida. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 80.

¹²⁹ O “Movimento das Capelinhas” é um costume católico que acontece em muitas cidades interioranas, em que as famílias se cadastram para receberem a visita de uma capelinha da santa da sua paróquia. A santa fica por 24 horas na casa de cada um, período em que a família deve se reunir para rezar o terço ou fazer uma oração diante da capelinha. A família também pode deixar uma contribuição em dinheiro, e deve cuidar com as contribuições já deixadas. Ao término das 24 horas, a capelinha deve ser levada para o próximo vizinho, estabelecendo uma rede de sociabilidade e estimulando o diálogo entre a comunidade.

¹³⁰ ODY, Arlete Baidek. Entrevista oral realizada em 21 mar. 2017.

sexuais entre homens e mulheres ao longo da história do mundo ocidental, a mulher não era sujeito de desejo, mas objeto¹³¹. Dessa forma, a vivência sexual das mulheres poderia muito bem se restringir ao seu consentimento quando utilizada como objeto do prazer masculino, o que retirava a capacidade feminina de sentir prazer ao invés de ser tão somente uma sujeita para a reprodução e a maternidade. Logo, o casamento possuía a dupla finalidade de garantir não somente a circunscrição do sexo permitido como a subordinação da esposa ao marido¹³².

Circunscrever a sexualidade feminina tão somente ao casamento, e visando tão somente à reprodução, nada mais é do que uma forma de determinar o papel social atribuído à mulher, que só existe para o casamento e para a maternidade. Essas imagens, como mostra Swain¹³³, são sentidos atribuídos aos corpos a partir de invenções sociais, invenções que se utilizam de dados biológicos para determinar um destino supostamente natural e indispensável para a vida de qualquer mulher. Dessa forma, a prostituição tenciona toda uma rede discursiva que institui o que é ser mulher, e, para Rago, é justamente a dimensão positiva que a prostituição assumiu, enquanto contraconduta feminina e contraponto para a construção de diferentes formas de ser mulher, que precisa ser enfocada¹³⁴. As prostitutas traçam novas possibilidades de existência, produzem modos de vida singulares que abalam as velhas ordens. Suas existências, ainda que incômodas, alteram as representações sobre o que se exige do feminino, tornando-se, assim, a síntese do feminino em transgressão.

¹³¹ SAFFIOTI, H. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987, p. 18-19.

¹³² CHAUI, 1988, p. 140.

¹³³ SWAIN, 2000, p. 51.

¹³⁴ RAGO, 1991.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, se viu que as grandes levadas imigratórias de poloneses para o Brasil se deram em um contexto em que, na Polônia, os camponeses vivenciavam dificuldades relativas à falta de terra, estando submetidos a uma estrutura fortemente hierarquizada e desigual; já no Brasil, era o período das grandes imigrações internacionais, que foram motivadas pelo Estado brasileiro diante da necessidade de mão de obra e de colonização de terras ainda inóspitas do território. Essas levadas imigratórias iniciaram na década de 1870, tendo seu fim com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914. Durante esse período, chegaram ao Brasil mais de 100 mil poloneses, que foram direcionados, sobretudo, ao Rio Grande do Sul e ao Paraná.

A imigração polonesa teve especial destaque no Rio Grande do Sul, onde foi a terceira maior frente imigratória. A maior parte dos imigrantes poloneses veio entre os anos de 1890 e 1894, quando fundaram as Colônias Velhas. Todavia, esses imigrantes tiveram que se deparar novamente com a falta de terras, pois a extensão das colônias não era o suficiente para abrigar suas famílias, o que os leva a migrar para o norte do estado, onde fundam as Colônias Novas, entre os anos de 1900 e 1914. Esse período coincide com a chegada de uma nova leva de imigrantes poloneses da Europa, que também vão ser responsáveis, junto com os imigrantes que estavam em áreas italianas, pela fundação das Colônias Novas.

É nesse contexto que se forma Floresta, um povoado fundado por imigrantes poloneses que fazia parte do município Erechim. Apesar de sua expressividade étnica, a colônia recebeu pouca atenção pela historiografia, motivo pelo qual foi escolhida como locus de estudo para a pesquisa. Foi na atual cidade de Barão de Cotegipe, que antes recebeu os nomes de Floresta e Cotegipe, que boa parte da pesquisa foi realizada, principalmente no que tange às entrevistas. Em Floresta, os imigrantes poloneses constituíram, logo nos primeiros anos, espaços para sua sociabilidade, para a manutenção de sua origem e para a congregação étnica. A vida cotidiana girava em torno da propriedade agrícola, que era a unidade produtiva da família, onde todos eram responsáveis pelas atividades – homens, mulheres e crianças.

Com o tempo, pessoas de diferentes origens foram compondo a paisagem do povoado – italianos, alemães, russos, lituanos, brasileiros. É justamente nesse momento, década de 1930 em diante, que as gerações mais novas passam a tencionar certos comportamentos, valores e normas das gerações mais antigas. Essas novas gerações criam e absorvem novas maneiras de ser, de pensar, de constituir as relações, de compor os casamentos, de viver a vida conjugal e de exercer a sexualidade. São essas novas subjetividades que vão tencionar toda uma rede de poder e toda uma série de padrões normativos que eram exercidos pela instituição familiar e

pela figura masculina – compondo um processo que está diretamente relacionado com a maior inter-relação da comunidade polonesa com a sociedade abrangente e com os demais grupos étnicos.

A fim de entender melhor esse processo, um segundo momento deste trabalho procurou analisar quais eram os padrões normativos que regiam os modos de subjetivação perpetuados pelas gerações mais antigas. A comunidade polono-brasileira estava estruturada diante de uma rígida moralidade e de uma autoridade familiar que controlava e ditava, segundo os moldes do catolicismo, as formas de ser, de se relacionar, de tratar a sexualidade e entender as diferenças de gênero. Assim, se viu que a sexualidade era vista com muito pudor, se viu que esse pudor levava a uma sexualização dos corpos que limitava até mesmo as relações de afeto entre pais e filhos, se viu que eram os pais que determinavam as relações que os filhos iriam estabelecer, se viu que essas relações eram extremamente vigiadas e controladas, que deveriam visar o casamento e que nelas não havia espaço para carícias e muito menos para o sexo.

Também se viu que esses padrões normativos repercutiam na maneira desigual com que os sexos eram tomados. Havia disparidades nos sentidos atribuídos aos corpos, que, longe de serem superfícies já existentes, como diz Swain¹³⁵, são sentidos construídos no social, que se utilizam de um dado biológico para definir as categorias de gênero e as instituir como um destino natural e indispensável. Esses sentidos instituem o corpo feminino enquanto um corpo que deve ser recatado, que deve ser eximido de sexualidade, que deve ser vigiado, controlado, submetido à figura masculina (seja do pai, seja do marido) para não acabar na desonra, no seu desequilíbrio inato, na devassidão, na imoralidade. Esse corpo existe apenas enquanto mãe, esposa e dona de casa – este é o seu verdadeiro sentido, sua única função. Daí advém a maior necessidade de controle ao corpo feminino, daí advém as muitas exigências a este corpo e as muitas formas de dominação socialmente legitimadas sobre este corpo.

Esses padrões normativos, relacionados à subjetividade, à sexualidade e ao gênero, eram incorporados por processos de normatização nos quais a instituição familiar exercia um papel fundamental, na medida em que se utilizava de mecanismos para incutir o medo, da vigilância constante, de discursos, normas, proibições e punições – uma miríade de técnicas coercitivas para impedir qualquer desvio ao socialmente hegemônico. Porém, a família era apenas um dos agentes que enquadravam os indivíduos na ordem normativa; havia um esforço coletivo, que emergia de diferentes pontos: a comunidade, por meio do julgamento moral e das suas formas de exclusão punitivas; a Igreja católica, por meio da instituição dos modelos de moralidade a

¹³⁵ SWAIN, 2000.

serem seguidos; o aparelho estatal, por meio das leis para coibir o defloramento, a conjunção carnal, rapto e aborto. Com relação ao aparelho estatal, se viu que este afirmava os padrões de gênero normativos tanto através das leis, que eram dirigidas ao controle do corpo feminino, quanto através da forma com que os processos eram conduzidos pelas autoridades de polícia, que buscavam até os menores indícios de imoralidade ou indecência nas mulheres, para então justificar o crime e as culpabilizar.

Há que se levar em consideração que esses padrões da comunidade polono-brasileira às vezes foram estranhos para famílias que imigraram em décadas posteriores, sobretudo no que diz respeito às regras que regiam os namoros, à grande preocupação em torno da sexualidade feminina e à sobrecarga que a mulher polono-brasileira estava submetida, enquanto o homem não participava das tarefas domésticas sob o risco de terem sua masculinidade afetada¹³⁶. Para esses entrevistados, haveria uma maior igualdade na divisão de tarefas e uma maior liberdade dos jovens em suas relações na Polônia. Tais relatos levam à hipótese de que os poloneses que imigraram na década de 1910 podem ter enrijecido suas normas pela experiência migratória, que também pode ter levado a uma mudança dos seus padrões de masculinidade e ter feito os homens assumirem um papel dominante como uma forma de lidar com uma situação instável, nova, que é a imigração. Essa é uma ideia que poderá ser desenvolvida com a continuidade da pesquisa, visto que foram coletados poucos relatos de famílias que imigraram pós 1930.

Por fim, um terceiro momento deste trabalho buscou resgatar as formas de subversão e as novas possibilidades de existência construídas pelas mulheres diante das suas mais diversas experiências de controle e dominação. Se existe uma ordem normativa, se existe um aparato uniformizante, forças coercitivas e discursos moralizantes, existem também múltiplas formas com que os indivíduos transgridem as regras, invertem suas posições dentro de uma relação de poder e constroem outras possibilidades de existência¹³⁷. Dessa forma, apesar de existir um conjunto de normas que são impostas em cada sociedade, essas normas nunca são vividas da mesma maneira. Os indivíduos vivenciam as normas de uma maneira singular, submetendo-se a algumas, rompendo com outras e produzindo linhas de fuga, segundo a ideia de Guattari e Deleuze¹³⁸. Portanto, estudar a área de imigração polonesa no período em questão, nas suas trajetórias singulares de subversão e criação de novas possibilidades de vida, é entender como a construção de subjetividade é um processo dinâmico, e que, por mais repressivo ou sutil que

¹³⁶ VAZ, Krystyna Altmajer. Entrevista oral realizada em 22 mar. 2017.

¹³⁷ FOUCAULT, 2014 (a).

¹³⁸ DELEUZE, G.; GUATTARI, F., 2012.

seja, o controle exercido à subjetividade humana nunca é total; sempre haverá a possibilidade de resistência, de se construir para além dos padrões.

Para atestar este ponto, se procurou as trajetórias singulares, as resistências, os desvios e as diferentes subjetividades construídas e vivenciadas pelas mulheres mesmo em um contexto onde suas existências eram limitadas pelo controle familiar, pela dominação masculina e pelos códigos de moralidade. Em outras palavras, se buscou as subjetividades que se localizam fora da ordem normativa compulsória, de acordo com Butler¹³⁹ e que, durante muito tempo, foram entendidas enquanto impossibilidades lógicas. Assim se retomou o papel das mulheres que, de suas diferentes formas, se recusaram ao modelo de casamento que lhe era imposto, a partir do enfrentamento à instituição familiar e aos padrões normativos, demonstrando que uma mulher pode ser capaz de dirigir sua própria vida, impor seus próprios desejos, escolher com quem quer casar e se, enfim, quer casar. Também se retomou o papel das mulheres que escolhiam se separar de seus maridos, e que se separavam, assim, de todo um modelo de família que era socialmente instituído, no qual a mulher seria sempre a submissa ou a dependente à figura do homem; mostrando que outras configurações de família são possíveis e produzindo diferentes formas de autonomia feminina. As mulheres que optavam pelo aborto, ou até mesmo pelo infanticídio, também foram retomadas neste trabalho enquanto uma transgressão do sentido atribuído ao corpo feminino, um sentido que cria um falso instinto materno sobre a mulher e que exige dela uma correspondência com a maternidade. Por último, se retomou o papel das prostitutas, como sujeitas que também transgridem os sentidos atribuídos à mulher, como sujeitas que criam novas formas de exercer sua sexualidade e de existir em meio ao mundo.

Essas mulheres tiveram que enfrentar, nos mais variados níveis, o julgamento moral e a condenação da sociedade, mas inventaram, à sua maneira, possibilidades de existência antes impensáveis, que contrapunham todo um lugar social atribuído e imposto à mulher. Com isso, em suas tão variadas e micro trajetórias, as mulheres abalam a ordem normativa, constroem novas formas de viver a vida, produzem revoluções moleculares, capazes de expandir os horizontes da inteligibilidade social, de fazer serem aceitas outras formas de existência, e de abrir um campo de possibilidades para a atuação das mulheres diante da sua subjetividade e da própria história.

¹³⁹ BUTLER, 2017.

ENTREVISTAS

BUCIOR, Leocádia. Entrevista concedida a Paloma Almada Czapla. Barão de Cotegipe, 27 jul. 2016.

CZAPLA, Miguelina. Entrevista concedida a Paloma Almada Czapla. Barão de Cotegipe, 17 mar. 2017.

GROCH, Maria Vanda Krepinski. Entrevista concedida a Paloma Almada Czapla. Erechim, 14 mar. 2017.

HORSZCZARUK, Vitório. Entrevista concedida a Paloma Almada Czapla. Barão de Cotegipe, 22 fev. 2016.

IAROCZ, Sofia. Entrevista concedida a Paloma Almada Czapla. Barão de Cotegipe, 24 fev. 2016.

JACUNIAK, Josefina Barszcz. Entrevista concedida a Paloma Almada Czapla. Barão de Cotegipe, 24 fev. 2016.

KAPLAN, Valdir. Entrevista concedida a Paloma Almada Czapla. Erechim, 24 fev. 2016.

LESCHINSKI, Armando. Entrevista concedida a Paloma Almada Czapla. Barão de Cotegipe, 12 mar. 2017.

MACIAK, Sabina. Entrevista concedida a Paloma Almada Czapla. Barão de Cotegipe, 17 mar. 2017.

MARTIN, Leocádia Smagalla. Entrevista concedida a Paloma Almada Czapla. Barão de Cotegipe, 14 mar. 2017.

NIEC, Zeno. Entrevista concedida a Paloma Almada Czapla. Barão de Cotegipe, 23 fev. 2016.

ODY, Arlete Baidek. Entrevista concedida a Paloma Almada Czapla. Barão de Cotegipe, 23 fev. 2016.

ODY, Arlete Baidek. Entrevista concedida a Paloma Almada Czapla. Barão de Cotegipe, 21 mar. 2017.

REVERS, Emília. Entrevista concedida a Paloma Almada Czapla. Barão de Cotegipe, 24 fev. 2016.

SRCREPANIAK, Maria. Entrevista concedida a Paloma Almada Czapla. Barão de Cotegipe, 23 fev. 2016.

VAZ, Krystyna Altmajer. Entrevista concedida a Paloma Almada Czapla. Erechim, 22 mar. 2017.

FONTES JUDICIAIS

Processo-crime 1393. Crime: Aborto criminoso. Réu: Olga Thiel. Vítima: Augusta Maria Montovani. Erechim: Povoado Floresta, 1939.

Processo-crime 1512. Crime: Defloração. Réu: Constante Fiecenski. Vítima: Cecília Weiszcoski. Erechim: Douradinho, 1941.

Processo-crime 1520. Crime: Defloração. Réu: João Cichocki. Vítima: Estanislava Skzypek. Erechim: Princesa Izabel, 1941.

Processo-crime 1523. Crime: Defloração. Réu: Angelo Emes de Souza. Vítima: Veronica Vieczinski. Erechim: José Bonifácio, 1941.

Processo-crime 1554. Crime: Defloração. Réu: João Finoqueto. Vítima: Teresa Giacomeli. Erechim: Cotegipe, 1941.

Processo-crime 1566. Crime: Defloração. Réu: Herbert Maleski. Vítima: Romilda Kraemer. Erechim: Três Vendas, 1941.

Processo-crime 1579. Crime: Lesões corporais. Réu: André Vidonski. Vítima: Carolina Vidonski. Erechim: José Bonifácio, 1942.

Processo-crime 1624. Crime: Defloração. Réu: João Malysz. Vítima: Sofia Ratajewski. Erechim: Carlos Gomes, 1942.

Processo-crime 1642. Crime: Lesões corporais. Réu: Ignácio Stolarski. Vítima: Maria Borsuk. Erechim: Carlos Gomes, 1943.

Processo-crime 1650. Crime: Lesões corporais. Réu: Ignácio Gaieski. Vítima: Clementina Micoanski. Erechim: Marcelino Ramos, 1943.

Processo-crime 1719. Crime: Lesões corporais. Réu: Fernando Guilherme Engel. Vítima: Agnes Bialkovski. Erechim: Rio Negro, 1943.

Processo-crime 1732. Crime: Conjunção carnal. Réu: Francisco Betlinski. Vítima: Cristina Paulina Plieschk. Erechim: II Seção Cravo, 1944.

Processo-crime 1736. Crime: Conjunção carnal. Réu: Alexandre Dysarz. Vítima: Florentina Pollom. Erechim: Rio Branco, 1943.

Processo-crime 1761. Crime: Lesões corporais. Réu: Casemiro Babinski. Vítima: Rosalina Biessek. Erechim: Carlos Gomes, 1944.

Processo-crime 1772. Crime: Lesões corporais. Réu: Boleslau Lipniarski. Vítima: Guilhermina Lipniarski. Erechim: Princesa Izabel, 1943.

Processo-crime 1776. Crime: Lesões corporais. Réu: José Minski. Vítima: Vladislava Minski. Erechim: Rio Novo, 1943.

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Thales. **As regras do namoro à antiga**. São Paulo: Ática, 1986.
- BEAUVOIR, Simone De. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2017.
- BRASIL. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**, Rio de Janeiro, RJ, 1940.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CANAL, Sandra Da; WENCZENOVICZ, Thaís Janaína. **Máscaras do corpo: do costume à moral**. Passo Fundo: Méritos, 2012.
- CERTEAU, Michel et al. **A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual: essa nossa desconhecida**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CHAYANOV, Alexander Vasílevich. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- COSTA, Maynara. Do “defloramento” ao “estupro”: história dos crimes sexuais no Brasil. **Estudos feministas**, vol. 16, no. 2, mai./ago., 2008.
- DANTAS, Sylvia et al. Identidade, migração e suas dimensões psicossociais. **Rev. Inter. Mob. Hum.**, Brasília, Ano XVIII, nº 34, p. 45-60, jan./jun. 2010.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2012.
- DONZELOT, James. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.
- DUCATTI, Antônio. **A vida nas colônias italianas**. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1979.

DUCATTI, Antônio. **O Grande Erechim e sua história**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias, 1981.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014 (a).

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2**: o uso dos prazeres. São Paulo: Paz e terra, 2014 (b).

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: O nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2014 (c).

GARDOLINSKI, Edmundo. **Escolas da Colonização Polonesa no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1976.

GARDOLINSKI, Edmundo. Imigração e colonização polonesa. In: BECKER, Klaus (Org.). **Enciclopédia Rio-Grandense**. Vol. 5: Imigração. Canoas: Editora Regional, 1958.

GLUCHOWSKI, Kazimierz **Os poloneses no Brasil**: subsídios para o problema da colonização polonesa no Brasil. Porto Alegre: Rodycz & Ordakowski Editores, 2005.

GRITTI, Isabel Rosa. **Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul**: a emergência do preconceito. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2004.

GUATTARI, Félix. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2011.

KLEIN, Herbert. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Boris. (Org.). **Fazer a América**: a imigração em massa para a América Latina. São Paulo: EDUSP, 2000.

- KUSHNIR, Beatriz. **Baile de máscaras: mulheres judias e prostituição: as Polacas e suas Associações de Ajuda Mútua.** Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- LUKOWSKI, Jerzy; ZARADZKI, Hubert. **A Concise History of Poland.** United Kingdom: Cambridge, 2002.
- MAZUREK, Jerzy. **A Polônia e seus emigrados na América Latina.** Goiânia: Espaço Acadêmico, 2016.
- MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Proteção para quem? O Código Penal de 1940 e a produção da “virgindade moral”. **Labrys: estudos feministas**, v. 1-2, jan./jul. 2005.
- PEDRO, Joana Maria. A publicidade da intimidade: punição e controle. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar. **Masculino, feminino, plural.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos históricos**, nº 10, 1992.
- POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade.** São Paulo: UNESP, 1998.
- RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar. **Masculino, feminino, plural.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.
- RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, nº 16, p. 115-136, 2001.
- SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n.2, jul./dez, 1995.
- SCOTT, Joan. Invisibilidade da experiência. **Projeto História**, São Paulo (16), fev. 1998.

SEYFERTH, Giralda. As contradições da liberdade: análise das representações sobre a identidade camponesa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 78-95, 1992.

STAWINSKI, Alberto Victor. **Primórdios da imigração polonesa no Rio Grande do Sul (1875- 1975)**. Porto Alegre: EST/UCS, 1976.

SWAIN, Tania Navarro. A invenção do corpo feminino ou “a hora e a vez do nomadismo identitário?”. **Textos de História**, vol. 8, nº 1/2, 2000.

TOMACHESKI, Mauro. **A terra prometida da Virgem Maria: imigrantes, viajantes, intelectuais e colonos na imigração polaca**. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo, UNISINOS, 2014.

TRUZZI, Oswaldo. Assimilação ressignificada: novas interpretações de um velho conceito. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 55, nº2, 2012, p. 517-553.

VANNINI, Ismael. **História, sexualidade e crime: imigrantes e descendentes na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul (1938/1958)**. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre, PUCRS, 2008.

WEBER, Regina. Historiografia da imigração polonesa: entre números e identidades. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – **ANPUH**. São Paulo, 2011, p. 1-2.

WENCZENOVICZ, Thaís Janaína. **Luto e silêncio: doença e morte nas áreas de colonização polonesa no Rio Grande do Sul (1910-1945)**. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre, PUCRS, 2007.

WENCZENOVICZ, Thaís Janaína. **Pequeninos poloneses: crianças e suas famílias durante a imigração Polônia/Brasil de 1920 a 1960**. Passo Fundo: Méritos, 2014.

WOORTMANN, Klaas. “Com parentes não se negocea”: o campesinato como ordem moral. **Anuário antropológico**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1900.